

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 1

GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Evento: **Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação**

Local: **Auditório**

Município:

Data: **10/6/2011**

Horário: **9 horas**

Folhas: **76**

Duração: **3h10min**

Presidente: **Deputado Federal Eduardo Barbosa**

Coordenador: **Deputado Bosco**

Deputados: **Deputado Carlin Moura**

Participantes:

Sr. Carlos Roberto Jamil Cury

Subsecretária Raquel Elizabete de Souza Santos

Sra. Suely Duque Rodarde

Sra. Beatriz da Silva Cerqueira

Sra. Maria das Graças

Sr. Paulo Bulhões

Sra. Roseli Lucas

Sr. Luiz Eduardo Rodrigues

Sra. Dinéia Domingues

Sr. Alisson Vinícius da Silva Pinto

Sr. Samuel Scarpone

Sra. Paulette Bernardes Costa

Sra. Nadir Luiza Alves

Sra. Sandra Santiago Martins Resende

Sra. Mafalda Carvalho Costa

Deputado Federal Ângelo Vanhoni

Sr. Gladson Reis

Sra. Ilza Correia

Sra. Kátia Ferraz

Sra. Isabela Rodrigues

Sra. Camila Moreno

Sra. Neide Hiene

Sr. Admilson Marins

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 2

O locutor - Senhoras e senhores, bom dia a todos. Damos início ao seminário regional que se destina a debater o Projeto de Lei nº 8.035/2010, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, sob a Presidência do Exmo. Sr. Deputado Bosco, Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Acompanhando-o à Mesa de honra, os Exmos. Srs. Deputado Federal Eduardo Barbosa, membro titular da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação da Câmara dos Deputados e autor do requerimento que deu origem a este encontro (- Palmas.); Deputado Federal Ângelo Vanhoni, membro titular da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação da Câmara dos Deputados e relator do plano na comissão (- Palmas.); Deputado Federal Gilmar Machado, membro suplente da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação da Câmara dos Deputados e ex-Deputado desta Assembleia (- Palmas.); Sra. Raquel Elizabete de Souza Santos, Subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica, representando a Sra. Ana Lúcia Gazzola, Secretária da Educação (- Palmas.); Dr. Carlos Roberto Jamil Cury, membro do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Minas (- Palmas.); Sra. Suely Duque Rodarte, Diretora Executiva da União dos Dirigentes Municipais de Educação de Minas Gerais - Undime - (- Palmas.); Sra. Beatriz da Silva Cerqueira, Coordenadora-Geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - Sind-UTE - (- Palmas.).

Como parte das discussões do projeto de lei que aprova o Plano Nacional de Educação, que tramita na Câmara dos Deputados, Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 3

damos início, neste momento, à cerimônia de abertura do seminário regional de Minas Gerais, promovido pela comissão especial da Câmara dos Deputados destinada a proferir parecer sobre o Plano Nacional de Educação - PNE -, em parceria com a Comissão de Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia desta Assembleia Legislativa.

O objetivo deste encontro é ampliar o debate do PNE, com a participação da sociedade mineira, ultrapassando os limites territoriais do Congresso Nacional e criando oportunidade de o Deputado Federal Ângelo Vanhoni, nobre relator da proposta, agregar novas contribuições para o aprimoramento do PNE, na busca da melhoria da qualidade e da oferta da educação em nosso país.

Convidamos os presentes a ouvirem a execução do Hino Nacional Brasileiro.

(- Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O locutor - Com a palavra o Exmo. Sr. Deputado Estadual Bosco, Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

O Sr. Coordenador (Deputado Bosco) - Senhoras e senhores, muito bom dia. Quero, de antemão, dar as boas-vindas a todos e a todas, tanto a plateia que nos honra com a sua presença neste Plenário, como também a plateia que se encontra no Salão de Chá, acompanhando o evento por meio de um "link". Desde já, pedimos desculpas, em nome da Assembleia Legislativa, em virtude das acomodações. Na Casa, há outros espaços maiores, mas hoje há vários eventos, com a participação importante de vários segmentos. Ficam
Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 4

então as nossas desculpas. Mas vamos procurar otimizar este encontro, da melhor forma possível, para que possamos realizá-lo no prazo estabelecido.

Quero fazer um cumprimento especial ao Deputado Federal Eduardo Barbosa, membro titular da Comissão Especial do PNE da Câmara dos Deputados e autor do requerimento para a realização deste encontro. Ele também vai presidir os trabalhos desta reunião. Deputado Federal Eduardo Barbosa, seja muito bem-vindo. Também quero fazer uma saudação especial ao Deputado Federal Ângelo Vanhoni, membro titular da Comissão Especial do PNE da Câmara dos Deputados e relator do PNE. Seja muito bem-vindo, Deputado. Também queremos cumprimentar o Deputado Federal Gilmar Machado, membro suplente da Comissão Especial do PNE da Câmara dos Deputados, que também nos honra com a sua presença.

Cumprimentamos ainda os Exmas Sras. E Exmos. Srs. Raquel Elizabete de Souza Santos, Subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica, representando a Sra. Ana Lúcia Gazzola; Carlos Roberto Jamil Cury, membro do Colegiado do Programa de Pós-Graduação e Educação da PUC-Minas, que muito nos honra com sua presença; Beatriz da Silva Cerqueira, Coordenadora-Geral do Sind-UTE; Suely Duque Rodarte, Diretora Executiva da Undime, representando a Sra. Presidenta. Registramos e agradecemos as presenças do Deputado Carlin Moura, membro titular da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; do Deputado Rogério Correia; dos representantes do MEC; do Sr. Gilson Reis, Presidente do Sinpro; dos professores, das

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 5

Diretoras de escolas, dos Reitores de universidades, que se encontram presentes, e da Profa. Maria Dolores da Cunha, membro do Conselho Estadual da Educação. Agradecemos, de maneira muito especial, a todos e a todas que aqui vieram participar deste momento muito importante.

Srs. Deputados que representam aqui, hoje a Comissão Especial, incumbida de dar o parecer ao grande projeto, que é o Plano Nacional de Educação, para falar em educação precisamos ter a consciência e o sentimento verdadeiro de que abordamos um dos principais pilares da formação do cidadão e da sociedade. Sabemos que o Brasil, em especial Minas Gerais, apresenta avanços significativos e importantes na educação. Mas sabemos que ainda não alcançamos os patamares desejados e necessários. Portanto, a educação sempre foi e será um desafio constante para todos nós, não só para a classe gestora, para os representantes políticos, para a classe educadora, mas para toda a sociedade. Aproveitamos esta oportunidade, em que o Congresso Nacional, numa extensão dos seus trabalhos, vem à sociedade mineira para discutir o Plano Nacional da Educação. Esta será uma reunião de trabalho e de grande importância para toda Minas Gerais e, sobretudo, para o Brasil. Esperamos que Minas Gerais dê sua contribuição de forma eficiente, tendo como base as experiências vividas, para que façamos, do Plano Nacional de Educação, um instrumento de inclusão para a melhoria da qualidade do ensino em todo o Brasil. Agradeço, mais uma vez, por esta oportunidade. Faço um agradecimento muito especial à família Apaeana, por meio da Apae da minha querida cidade de Araxá, da Elza Corria e toda a comitiva.

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 6

Quero abraçar, de forma muito especial, a todos vocês, que compõem as inúmeras Apaes de Minas Gerais. Sejam todos bem-vindos, e que tenhamos uma manhã proveitosa, com esse trabalho tão importante. Neste momento, passo o comando desta reunião ao Deputado Federal Eduardo Barbosa. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado Federal Eduardo Barbosa) - Bom dia a todos. Agradeço, em nome da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, que tem a incumbência de analisar o Plano Nacional de Educação, a presença de todos vocês, que, a convite da nossa Comissão e da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, entenderam a importância deste momento, fazendo aqui, em Belo Horizonte, uma das discussões que estão sendo realizados em todo o Brasil, a respeito do Plano Nacional de Educação. Temos aqui, e fora deste ambiente, centenas de pessoas que, estimuladas pela participação da discussão desse projeto de lei, vêm buscar não só entender claramente como estamos trabalhando, mas também trazer as suas impressões, compreensões e contribuições para que analisemos o plano à luz do grande interesse da sociedade brasileira. Portanto, em primeiro lugar, agradeço a presença de todos vocês. Muito obrigado. (- Palmas.)

Temos hoje a incumbência de presidir esta audiência pública do Seminário Regional de Minas Gerais, em função da ausência do nosso Presidente da Comissão, Deputado Gastão Vieira, que, por questões de força maior, não pode estar presente, mas envia os seus cumprimentos e agradecimentos à Assembleia Legislativa. No entanto, estamos muito

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 7

bem representados pela Comissão Especial, pois está, ao meu lado esquerdo, o Deputado Ângelo Vanhoni, relator do Plano Nacional de Educação na Câmara dos Deputados. O Deputado Ângelo tem percorrido o Brasil todo - chegou de Salvador esta noite - porque ontem também foi realizada uma audiência dessas no Estado da Bahia, sendo que já é a quinta ou sexta reunião realizada com a presença do nosso relator. Trata-se de pessoa extremamente envolvida, empenhada com a educação, de grande sensibilidade, que, com sua percepção e ausculta da sociedade, fará um relatório que esta Comissão, com certeza, terá orgulho de aprovar. É um prazer recebê-lo, em Minas Gerais. Temos, também, a companhia do Gilmar Machado, que também é membro da Comissão Especial, na pessoa de quem acolhemos o nosso colega parlamentar, do Estado do Paraná, que vem a Minas Gerais com muita alegria, ficando felizes em recebê-lo.

A nossa Comissão Especial foi instalada e deliberou, desde seu primeiro momento, que, além das audiências públicas realizadas na Câmara dos Deputados, seria fundamental ouvirmos o Brasil todo, dando a oportunidade de uma participação efetiva da sociedade brasileira na construção desse plano. Isso porque é um plano decenal, que terá influência extremamente importante na vida e na organização dos sistemas educacionais do nosso país, com metas desafiadoras, que nos trarão oportunidade de grandes avanços no sistema educacional nos diversos níveis de ensino, já que apresenta 20 metas, desde a educação infantil ao ensino superior. O projeto é de uma complexidade muito grande e, apesar de ter sido apresentado pelo Executivo de

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 8

forma extremamente objetiva e didática, exige de nós uma profunda reflexão, principalmente porque existem os impactos financeiros, que deverão ser debatidos e discutidos, para que ele possa ser exequível. E mais que isso, há nele compromissos que não serão assumidos por um, mas por todos os gestores públicos municipais e estaduais do Brasil, além do Ministério da Educação, com a participação efetiva de toda a comunidade educacional do País, e com o interesse das famílias brasileiras, que dependem do sistema educacional para ter acesso àquilo que é fundamental e básico na vida das pessoas: a educação.

O grande desafio é avançarmos nos aspectos de qualidade de ensino no nosso país. Também enfrentaremos desafios na valorização dos profissionais do magistério e na implementação da universalização em vários níveis de ensino. É para isso que o plano está sendo debatido e discutido, pois queremos ter um grande avanço, do qual depende o nosso país, inclusive para a melhoria da qualidade de vida de toda a população brasileira.

Neste momento, convidaremos quatro expositores, que poderão nos trazer a representação dos pensamentos daqueles diretamente responsáveis pela educação. Em primeiro lugar, convidamos o Prof. Jamil Cury, referência nacional e internacional na educação. Quando comunicamos à Comissão Especial que o Prof. Jamil Cury havia aceitado o nosso convite para estar presente nesta audiência, houve uma alegria muito grande, porque é um educador que participou, em vários momentos, da história brasileira. Sua presença é fundamental e marcante. Prof. Jamil Cury, o agradecimento da Câmara dos Deputados

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 9

pela presença. (- Palmas.) Também convidamos para estar junto conosco a Gestora Estadual de Educação, Profa. Ana Lúcia Gazzola, aqui representada pela Profa. Raquel Elizabete de Souza Santos, Subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica, uma profissional de carreira da Secretaria de Educação, que tem ocupado funções estratégicas na educação e que, com certeza, trará a visão e a análise da Secretaria de Estado de Educação sobre o Plano. Convidamos, também, a Undime, que representa a União dos Dirigentes Municipais de Educação. Com alegria, aqui estamos com a Suely Rodarte, que representa os Gestores Municipais, é uma grande amiga nossa, de muitas décadas, que nos brinda com sua presença. Suely também dirigiu a Apae de Campo Belo, durante muitos anos, e foi Conselheira Regional das Apaes daquela região. Hoje, há algum tempo, está-se dedicando à Gestão Pública Municipal, representando os Gestores Municipais com muita competência. Muito obrigado pela presença. (- Palmas.) Representando os profissionais da educação, convidamos a estar conosco, Beatriz da Silva Cerqueira, Coordenadora-Geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, que, de pronto, aceitou o nosso convite, que trará o olhar dos educadores em relação ao Plano Nacional de Educação, o que é de grande importância para nós, pois são justamente os profissionais de educação que estão nas salas de aula, enfrentando os desafios cotidianos. Beatriz, o meu agradecimento especial a você e o de toda a Comissão. Por último, agradeço ao Deputado Bosco, com quem fiz o primeiro contato, quando da deliberação desta audiência.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 10

E, de imediato, o Deputado Bosco colocou toda a estrutura da Comissão de Educação e da Assembleia Legislativa à disposição da Câmara dos Deputados, com esse entusiasmo e com uma felicidade muito grande de poder promover esta audiência pública junto conosco. Com certeza, isso terá um desdobramento, porque, depois que aprovarmos o Plano Nacional de Educação, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores também terão de definir seus planos estaduais e municipais. Isso traz para nós, em Minas Gerais, um momento inicial para uma discussão, que provavelmente se estenderá para além do ano que vem. Temos, sim, uma proposta para o Brasil inteiro, com as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação.

Agradeço sobretudo a presença do Sr. Sérgio Sampaio, Presidente da Federação das Apaes do Estado de Minas; do Sr. Paulo Bulhões, Vice-Presidente, e do Sr. Rodrigo Malta, Diretor da Federação Nacional de Integração dos Surdos - estão aqui com os intérpretes. Essas Federações têm participado, Ângelo, de forma efetiva nos debates em todos os Estados brasileiros e também na Câmara. (- Falha na gravação.) Não sou habituado aqui. Agradeço a presença da Profa. Maria Dolores Cunha, membro do Conselho Estadual de Educação, que tem a incumbência de ser a relatora da Política de Educação Especial para Minas Gerais. Ela deverá exercer essa tarefa em breve, para termos uma nova deliberação e uma nova resolução do Conselho Estadual sobre a Política de Educação Especial. Agradeço também a presença dos representantes do Ministério da Educação, Prof. Antônio José, e o representante do Prof. Abicalil, que é da

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 11

Secretaria de Relações Institucionais do MEC, que vem acompanhando todas as audiências no Estado. Agradeço a presença da representante do Cetec de Minas Gerais, Profa. Maria Rita; do Sindicato dos Professores de Minas Gerais, de vários dirigentes municipais, dos Reitores e representantes de universidades.

A TV Assembleia está gravando a reunião, que posteriormente será transmitida na íntegra, em horários que provavelmente poderemos divulgar depois, a fim de que as pessoas que não puderam estar aqui conosco possam acompanhar.

Iniciamos os nossos trabalhos, já convocando os nossos convidados para as suas exposições. Temos quatro expositores e designaremos o prazo de 20 minutos para cada um deles. Depois disso, concederemos a palavra aos parlamentares, inclusive federais, como prioridade por ser uma audiência pública da Câmara dos Deputados. Depois virá o nosso relator e, em seguida, os Deputados Estaduais. Num segundo momento abriremos inscrição para as instituições que quiserem manifestar-se, desde que feita a inscrição prévia, para que possamos cumprir o nosso roteiro até as 12 horas.

Agradecendo, mais uma vez, a todos. Passo a palavra ao Prof. Dr. Carlos Roberto Jamil Cury, membro do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-MG.

O Sr. Carlos Roberto Jamil Cury - Bom dia. Neste momento eu queria saudar o Deputado Estadual Bosco e o Deputado Federal Eduardo Barbosa, em cujas pessoas cumprimento todas as outras personalidades e autoridades presentes. Minha especial saudação às pessoas que

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 12

vieram prestigiar esta audiência pública a propósito do Plano Nacional de Educação.

Uma faixa ao fundo deste auditório nos diz claramente algo de muita importância: "Nada sobre nós sem nós". Entendo que este "nós" tem uma dupla leitura. Significa certamente a maior parte das pessoas que aqui vieram representando a educação especial, mas esse "nós" também significa todos os brasileiros que têm direito à educação. Por isso, melhorar o todo é melhorar a parte; melhorar a parte é melhorar o todo. Convido as pessoas que estão aqui, em sua maior representação, dando apoio a um capítulo do Plano Nacional de Educação - sobre a educação especial - que, ao defender a sua diferença, não se esqueçam de que defendê-la sozinha não é um bom caminho para defender o conjunto. Convido, portanto, os presentes a se aterem à necessidade do todo, porque, ao defender o todo, estarão também defendendo a parte. (- Palmas.)

O Congresso Nacional está incumbido de um plano. O que é o contrário de um plano? É a dispersão. Quando cada um atira para um canto; quando, num jogo de futebol, cada um joga a bola para qualquer lado, é o time, o conjunto que perde. Por essa razão, o Brasil tem uma responsabilidade muito grande no sentido de que a educação escolar, que é um direito e dever do Estado, seja oferecida da forma mais integrada possível, ou seja, da mesma forma que analisamos um jogo de futebol e dizemos "tem equipe, mas tem conjunto", precisamos ter em mente que é disso que a educação brasileira está precisando. Ela tem equipe, mas nem sempre jogou de forma conjunta. Está na hora

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 13

de jogar de forma conjunta para o todo da educação brasileira, como vocês vieram fazer aqui, defendendo um aspecto fundamental que é o das pessoas com necessidades educacionais especiais. Vieram defender conjuntamente, e isso também de ser jogado para o todo da educação brasileira agora. Esse é o objetivo do Plano Nacional de Educação.

Quando começamos esta reunião, cantamos o Hino Nacional. O plano é nacional. O que une todos nós na educação escolar brasileira se somos brasileiros? Há que ter coisas que sejam comuns, que sejam nacionais. Depois, como muito bem disse o Deputado Eduardo Barbosa, haverá também espaço para os planos estaduais de educação. Cada Estado deverá trabalhar essa questão. E eu digo a vocês, será talvez mais importante a presença de vocês nos planos estaduais de educação que no Plano Nacional de Educação. O Plano Nacional de Educação estabelece grandes orientações, mas quem vai executá-las e traduzi-las no nível do Estado e do Município serão os Estados e os Municípios. Estou vendo aqui Tupaciguara, Araxá e tantas outras cidades, e é lá que vocês vivem, é lá que o cidadão reside, é lá que vocês terão de entender o que significa um plano nacional, os planos estaduais e os planos municipais.

Entretanto, o plano municipal de educação da cidade A, B ou C depende tanto dele quanto do Plano Nacional de Educação. Esse Plano tem essa finalidade: que o conjunto da educação do Brasil melhore. Como é que se dá isso? Como vocês sabem, o Brasil é uma república federativa, tem poderes nacionais, federais, estaduais e municipais. No campo da educação escolar, que é um direito do cidadão e da cidadã

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 14

e dever do Estado, não é fácil, num país tão diferente, cantar juntos o mesmo hino em favor da educação escolar. Nesse canto tem de ter algumas estrofes que sejam nacionais. Antes de sermos mineiros, somos brasileiros. O que nos une como brasileiros? Depois é que vamos ver o que nos une como mineiros. Esse entrelaçamento entre o nacional, o federal, o estadual e o municipal é o objetivo do Plano. Por isso, vocês fazem muito bem em vir aqui defender o capítulo da educação especial. Mas farão muito melhor se defenderem também os outros capítulos, porque eles também vão ajudar na orientação de outras falhas e lacunas que enfrentamos hoje.

Esse Plano está hoje no Congresso Nacional. Existe uma comissão especial. Ele possui vários capítulos, um deles claramente se reporta à educação especial. Seria muito interessante que os senhores o lessem, juntamente com os outros capítulos. É o caso, por exemplo, do § 2º do art. 8º, que se desdobra na meta quatro, que é voltada para a educação inclusiva. Vale a pena estudar. Mas esse estudo e essa defesa que vocês estão fazendo aqui só renderá frutos se o todo melhorar. Não podemos ter professores ganhando salários ridículos. Não podemos ter condições de trabalho que estão fazendo fugir os professores da sala de aula. Não podemos ter uma educação de qualidade sem o avanço em vários campos do conhecimento. Por isso, também precisamos de pessoas que sejam preparadas para oferecer a melhor transmissão de conhecimento, inclusive para as pessoas que têm necessidades especiais. Você não pode exigir de um professor que não teve formação adequada que, da noite para o dia, ele dê conta de

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 15

todas as dificuldades e lacunas que existem na nossa educação escolar, sobretudo uma preparação para dar-se conta de que as pessoas com necessidades especiais são plurais. Não é só uma necessidade, são várias. (- Palmas.) Logo, há que se ter preparação na formação adequada.

Isso só vai ser possível, se tivermos uma visão do todo, do nós, esse nós que é Brasil. Depois, dentro desse nós, que é Brasil, defenderemos o nós que vou defender em relação à pós-graduação, em relação à educação infantil e que vai ser defendido por outrem. A maior parte das pessoas está aqui defendendo a educação inclusiva. Essa articulação entre a Nação, a Federação, os Estados e os Municípios é difícil. Isso não é fácil.

Em primeiro lugar, esse plano tem três dados que gostaria de comentar. O primeiro é que o governo nacional fez uma série de reuniões em 2010 para fazer uma conferência nacional de educação. Ela acabou ocorrendo em abril do ano passado. Houve audiências em todo o Brasil para que as pessoas pudessem manifestar-se. Dessas audiências e do que foi feito, no mês de abril de 2010, resultou uma proposta de um plano nacional de educação. O governo, que tinha a obrigação de mandá-lo para o Congresso, encaminhou-o com uma exposição de motivos. Esta deixou-nos otimistas. O governo federal vai ter agora um papel ativo na educação brasileira. Posteriormente, lemos o corpo da lei. Ele diz: deve, deve, deve, deve, deve. É uma norma, é quase uma regra. Quando passamos para as metas e estratégias, tivemos uma grande desilusão, porque ali diz o seguinte: promover, incitar, Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 16

animar, alimentar, ajudar, auxiliar, ou seja, vai havendo uma diminuição na forma de se encaminhar o plano. Quando entendemos que deve haver uma formulação mais incisiva nas metas e estratégias para combinar com a exposição de motivos e com o corpo dos 12 artigos da lei, temos uma desilusão. Sou um estudioso dessa matéria. Vi, com muita alegria, a exposição de motivos e os 12 artigos, mas, quando passei para as metas, estratégias e ações, que são a substância do plano, fiquei um pouco desengabado. Por quê? Porque todos os outros planos nacionais de educação no Brasil não foram para a frente. O de 1937 foi abortado, o de 1961, não teve recursos nem financiamento, e o de 2001, que ajudei a produzir, o governo federal retirou-lhe os pés, quando cortou o financiamento. Os três planos que tivemos até hoje foram fracassados, ou porque não houve recursos, ou porque o governo nacional, em vez de ter um papel proativo, de liderança, de formulação, ficou com aquilo que, na nossa Constituição, chama-se função supletiva. É claro que os outros não vão querer carregar fardo, não vão querer dizer que devemos fazer as coisas bonitas e deixar a responsabilidade do ônus. Se a União não tiver um papel proativo em relação ao financiamento e em relação a determinadas regras do jogo, que sejam regras nacionais, apesar do nosso esforço, da nossa boa vontade e dos princípios aqui colocados, teremos uma decepção novamente. Quanto a isso, esse plano inova, ele é bom, ele pede que, a cada período, que pode ser de dois anos, haja uma avaliação das metas, dos objetivos, das estratégias e dos recursos. Não basta que brigemos para haver um plano que atenda àquilo que os

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 17

outros três não atenderam, ou seja, melhor financiamento e uma presença mais ativa da União. Isso somente não basta. É preciso que tenhamos o acompanhamento das estratégias e das metas, caso contrário, vamos brigar por determinados objetivos postos no plano, que depois não se efetivarão. Vejo uma diferença hoje neste auditório. As pessoas não estão mais dispostas a ter uma lei muito boa, muito bonita, mas sem efetividade. Nosso papel é assumir esse plano, lê-lo, brigar por ele, sobretudo, acertar mecanismos de acompanhamento. Sem essas mecanismos, nossa boa vontade não poderá funcionar. Por isso, vejo, com muita alegria, que, tanto a Câmara dos Deputados quanto a Assembleia de Minas abrem espaço para audiências públicas nacionais e regionais, convocam a cidadania para que se manifeste, que diga o que quer, pois é dela que podem nascer escolhas mais bem feitas, que podem representar nada de nós sem nós. Nós, os brasileiros, nós, os representantes, nós, as pessoas com necessidades especiais, queremos um plano efetivo. Vamos acompanhar esse plano, porque é a única forma de garantir que suas metas, suas ações e suas estratégias cumpram aquilo que é o objetivo, ou seja, marcar efetivamente o direito à educação do cidadão e o dever do Estado. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador (Deputado Bosco) - Agradeço ao Prof. Jamil. Vamos passar a palavra à Profa. Raquel Elizabete de Souza Santos, representando aqui a Secretaria de Estado da Educação do Estado de Minas Gerais.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 18

A Subsecretária Raquel Elizabete de Souza Santos - Bom dia

a todos. Cumprimento o Deputado Bosco, Presidente da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática da Assembleia e O Deputado Federal Eduardo Barbosa, membro Titular da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação, em nome dos quais cumprimento as autoridades, os membros da Mesa e as pessoas presentes. Esta é a oportunidade que temos para apresentar algumas considerações relativas ao Plano Nacional de Educação. É o momento que acredito ser o início de muitos outros. O Plano Nacional de Educação, em nossa análise, apresenta alguns pontos positivos e outros negativos. Ele aponta alguns avanços em relação aos planos anteriores. Uma ênfase importante que damos a esse plano é que ele tem a preocupação, nas suas primeiras cinco metas, de reconhecer a falha do País, ao oferecer a todas as crianças, jovens e adolescentes uma educação de qualidade. Nesse item, precisamos discutir o que é uma educação de qualidade. Não basta simplesmente termos o espaço, a sala de aula. É preciso discutirmos o que é educação de qualidade. Uma outra ênfase que esse plano mostra é a articulação União-Estado-Municípios. Vamos precisar exercitar isso, aprender como se faz. A educação básica, a educação infantil é uma realidade que precisa melhorar. Temos de melhorar o atendimento à educação infantil. Crescemos muito na oferta, mas como ela está acontecendo? Nesse sentido, o Estado e os Municípios precisam discutir como deverá ser essa oferta, qual será a participação dos dois entes federados e da União. Hoje temos uma quantidade muito grande de alunos sendo atendidos na educação

Código do documento: 848340

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 19

infantil, mas, no dia a dia, estamos percebendo que a primeira etapa da educação básica ainda tem muito a resolver. Estou falando de até três, quatro e cinco anos, depois vem o ensino fundamental. Outro problema que percebemos está relacionado ao ensino médio. Temos dois grandes problemas, o início e o término da educação básica. O ensino médio precisa ser repensado. Mais uma vez, nesse plano, verificamos que algumas coisas ainda não estão claras. Vamos ter de fazer muitos encontros, porque o ensino médio, para atender à demanda, não pode continuar da maneira que está sendo feito, da maneira como está sendo proposto. Há uma grande necessidade de oferta de ensino médio, no turno diurno. Isso requer financiamento, participação da União. A demanda está crescendo e, quando se oferece apenas ensino médio no noturno, deixamos de oferecer oportunidade para vários jovens de frequentar uma escola de qualidade.

Outro ponto que analisamos é a oferta da educação integral. Isso é uma realidade. O Brasil é um dos países que tem a menor carga horária. Precisamos discutir como vamos implantar essa educação de tempo integral, não apenas como extensão da presença do aluno na escola. Temos de pensar numa educação de tempo integral. Precisamos também que ela seja estendida ao ensino médio. Esses jovens precisam da formação integral, para que, ao encerrarem a educação básica, tenham condições de apresentarem à sociedade de uma forma melhor.

Outra ênfase que percebemos no plano é em relação à capacitação e valorização dos profissionais. Sabemos que uma educação de qualidade passa primeiramente pela valorização dos profissionais, Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 20

pela formação continuada. Precisamos encontrar, e isso foi dito pelo Prof. Jamil Cury, após a homologação do plano, alternativas em relação ao Estado e aos Municípios. Não dá para pensar, no caso de Minas Gerais, que cada um vai ficar pensando sozinho, numa ponta. Precisamos nos reunir, estar atentos a todas essas demandas, para que esse plano não se torne mais um, no nível da biblioteca e das letras mortas. O grande problema que percebemos nesse plano está no financiamento.

Acreditamos, em toda a análise, que precisamos mesmo discutir como será feito o financiamento para a educação básica. Os desafios são grandes. No caso do Estado de Minas Gerais, por exemplo, são 853 Municípios, e há quantidade imensa de alunos em todos os níveis. A discussão do financiamento é algo muito importante. O mais importante, na operacionalização do plano e na discussão das suas estratégias, para que se tornem factíveis, é haver muitas discussões, planejamentos integrados, grupos de trabalhos, para que tenhamos condições de atendimento. Mas não podemos pensar em cada um separadamente. Uma das grandes ênfases que esse plano está-nos mostrando é esse trabalho, que deverá ser feito em conjunto. E ele só terá a sua execução e seu sucesso se todos participarem e fizerem o acompanhamento e o monitoramento. É um plano para uma década.

Algumas emendas já estão sendo feitas, e já tive oportunidade de ver algumas. Percebemos que as pessoas estão atentas, e temos que fazer com que essas emendas realmente façam parte do plano. As estratégias são muitas, e, pelo que pudemos analisar, temos

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 21

condição de executar a maioria. Precisamos encontrar alternativas. Acima de tudo, mais uma vez, está o problema do financiamento, porque educação de qualidade se faz com investimento. Percebemos que é muito difícil conseguirmos o financiamento que realmente precisamos na educação. Nas análises que a Secretaria de Educação fez, já estamos avançando em algumas metas, mas ainda não é o ideal. Precisamos avançar muito mais em todas as modalidades, em todos os níveis e em todas as etapas da educação básica.

Temos a esperança de conseguir o plano nacional para a década 2011-2020. Algumas colocações nossas - fizemos até algumas análises -, assim como vimos em algumas emendas, são em relação ao prazo, à meta. Que prazo teremos para conseguirmos atender com qualidade o que está sendo colocado em cada meta para cada segmento? Repito aqui as palavras do Prof. Jamil Cury: temos que pensar na totalidade do plano, porque o nosso aluno é um ser completo. Ele começa nos anos iniciais e vai até o ensino médio e o curso superior, dentro das suas especificidades e das suas necessidades. Então, todos esses aspectos têm que ser olhados e analisados.

As nossas considerações em relação ao plano nacional é no sentido de estarmos atentos a todas as etapas e a todas as metas e diretrizes, no compromisso de trabalhar em cooperação integrada com o Município. Ao se ler todas as metas e todas as estratégias, percebemos isso e precisamos exercitar a verdadeira tarefa da cooperação integrada Estado e Município. No caso de Minas Gerais, não importa a rede em que o aluno esteja, ele faz parte do Estado. Então, Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 22

teremos que aprender a exercitar essa cooperação. Penso que um dos grandes feitos desse plano é nesse sentido. A educação está sendo posta como responsabilidade de todos, não apenas de um ente. É isso que precisamos fazer e exercitar, para que a educação consiga responder ao seu papel e cumprir com a dívida que ainda tem em relação a todos os cidadãos. Muito obrigada. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado Federal Eduardo Barbosa) - Obrigado à professora. Depois as entidades inscritas poderão manifestar-se e fazer algum tipo de colocação. Pedimos calma a todos. Passamos a palavra à Profa. Suely Duque Rodarte, Diretora Executiva da União dos Dirigentes Municipais. Por favor, peço silêncio, para darmos seqüência à nossa audiência, ouvindo com educação todos os nossos convidados. Passo a palavra à Profa. Suely Duque Rodarte, representando aqui os gestores municipais de educação.

A Sra. Suely Duque Rodarte - Cumprimento a Mesa, nas pessoas do Deputado Bosco e do Deputado Eduardo Barbosa, que fez uma deferência ao dizer que participamos juntos por longos anos. Só que quero deixar bem claro que não participamos, continuamos participando, porque, com todo respeito à plateia, quero dizer que a Apae realmente só tem uma porta, a de entrada. (- Palmas.)

Quem um dia é Movimento Apaeano nunca sairá dele. Em todo o meu trabalho direcionado para a escola pública, está presente a Apae, que não deixei em momento algum da minha vida, Eduardo. Foi ali que aprendi a respeitar pais, professores e alunos. Aliás, meu maior

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 23

aprendizado de vida foi justamente nesse período, quando conheci de perto o que é ser educador numa Apae.

Antes de falar sobre o PNE, quero deixar registrado, Deputado Bosco, que necessitamos de uma nova audiência pública, pois hoje estamos com um segmento mais merecedor de atenção e não nos é permitido ter uma fala abrangente - temos de respeitar o público presente e direcionar o nosso pronunciamento. Mas, repito, o Comitê Mineiro da Campanha solicita nova audiência.

Referindo-me um pouco à minha experiência, quero dizer aos pais, em primeiro lugar, que também convivi por quatro anos, ininterruptamente com essa população. Se todos abordam a educação de forma geral é porque os meninos portadores de necessidades especiais são cidadãos de direitos, com os quais o Estado tem deveres; portanto, estão incluídos em nossa fala. Ou seja, se todos nos referimos à educação de forma geral, é porque incluímos aí todas as crianças brasileiras. O Plano Nacional é justamente para que façamos uma articulação e chamemos à responsabilidade o Estado, que é responsável pela educação e pela garantia dos direitos de todos os educandos. Não há educando excluído; não há criança excluída, porque aí estaríamos excluindo pais e famílias. Todos estão dentro do Plano Nacional de Educação.

Quero aproveitar parte da fala do Prof. Jamil e referir-me ao "banner" em que se lê "nada sobre nós sem nós". Inicialmente, Eduardo, levei susto quando vi que tínhamos aqui um segmento específico. Mas, com o tempo, comecei a achar muito bom que vocês

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 24

estivessem lotando essa platéia, justamente porque todos os segmentos diferenciados da sociedade aqui presentes puderam conhecer a vivência de cada um de vocês, ainda que por um curto tempo. Neste momento, quero deixar registrado que o Comitê Mineiro da Campanha Nacional pela Educação quer a inclusão de representantes do movimento da Apae de Belo Horizonte e dos outros lugares; achamos que eles devem participar porque estamos na defesa de todo educando brasileiro, sem exceção.

Aproveito para fazer uma correção, Eduardo: estou aqui representando não só a Undime, mas também o Comitê Mineiro da Campanha Nacional pela Educação, no qual estamos trabalhando justamente a Meta nº 4 e apresentando uma emenda ao Plano Nacional de Educação. A meta é a seguinte: universalizar para a população de quatro a dezessete anos o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. Há muitos pais com que convivi que sofrem com os superdotados, porque, para eles, não há lugar na rede.(- Intervenção fora do microfone.)

Estamos solicitando justamente a abertura de espaços para contemplar essa situação.

O plano, senhores pais, foi uma abertura incrível, a coisa mais democrática que estamos vivendo. Em Minas Gerais, por exemplo, tivemos 49 reuniões nas diversas regiões do Estado e toda a sociedade foi chamada a participar. E queremos participar! Para tanto, falando em uma linguagem bem clara, queremos saber quem são os responsáveis

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 25

pela educação; queremos saber o que é da competência do Estado, do Município e da União, com muita clareza, para que a eles possamos fazer a cobranças. Temos de saber quem paga a conta, quem é o ordenador dessas despesas. Na realidade, se a responsabilidade entre esses segmentos fica embaçada, na maioria das vezes, como a Raquel falou muito claramente, quem acaba penalizado são os Municípios, que são pequenos, têm menos renda e têm de acudir tudo, porque está tudo na porta da sua cozinha. Então, temos de envolver os governos federal e estadual, mas com realidade, e cuidar realmente de que a educação municipal possa corresponder às nossas necessidades. Quero deixar claro, senhores pais, que a campanha está apresentando uma emenda - aliás, vou ler uma só, mas são muitas - na defesa dos portadores de deficiência, e é essa campanha que representamos por Minas Gérias. Nela, solicitamos mudar a Meta nº 4, que é considerar, para fins de cálculo do valor por aluno do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais, o atendimento real aos alunos que precisam de complementação especial. Não adianta falar em inclusão e deixar as escolas e os professores sem condições financeiras de arcar com essa responsabilidade. Essa é a nossa defesa. Sinto não poder ler todas as defesas que fazemos. Com sinceridade, em respeito à má acomodação de vocês, não me sinto à vontade para continuar falando.

Deixo claro, Eduardo, que, quando se fala em valorização dos profissionais, a qual tratamos no Plano Nacional de Educação, a minha maior preocupação está no processo de inclusão. Por quê? Será

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 26

que todos os profissionais vieram de cursos com qualidade para atender a nossos filhos? Essa é questão para um grande debate, Eduardo, porque temos de dar a esses pais, a essas crianças o respeito e trabalhar devidamente como merecem e tratar como devem ser tratados. E principalmente o tratar com o professor. Na realidade, há momentos que eu sinto que eles estão excluídos porque não sabem o que fazer dentro de uma sala de aula. (- Palmas.) Então é muito importante que vocês pensem e que nós, comissão, pensemos.

Quero pedir até mesmo a meus colegas do comitê que me desculpem por ter deixado de lado todas as nossas falas. aguardo desta Casa - que tão bem tem demonstrado, nesse mandato, que é a Casa do povo, da democracia - que façamos uma nova audiência com todos os presentes. A todos vocês, a quem eu pertenço de coração e alma, o meu abraço, de coração. A luta pelo movimento Apae nunca vai parar. Muito obrigada. (- Manifestação nas galerias.)

O Sr. Presidente (Deputado Federal Eduardo Barbosa) - Obrigado, Profa. Suely. Com a palavra, a Profa. Beatriz da Silva Cerqueira, do Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação de Minas Gerais.

A Sra. Beatriz da Silva Cerqueira - Bom dia a todos. Atualmente respondo pela coordenação geral do Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação de Minas Gerais - Sind-UTE. Sou professora formada no magistério. A minha experiência é com os anos iniciais do ensino fundamental. Mas do que eu realmente sempre gostei e aprendi, na marra, foi trabalhar com alfabetização. Também já trabalhei com

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 27

educação de jovens e adultos na mesma perspectiva. Parabenizo a Comissão Especial da Câmara dos Deputados Federais, na pessoa do Deputado Federal Eduardo Barbosa, pela iniciativa e realização desta audiência, junto à Comissão de Educação, na pessoa do Deputado Bosco, com o qual temos tido algumas experiências em audiências públicas realizadas nesta Casa, para tratar de questões relacionadas à educação. Na pessoa desses dois Deputados, cumprimento os demais Deputados aqui presentes. Cumprimento a Subsecretária Raquel, representando a Secretária de Estado da Educação Ana Lúcia Gazzola, e a Profa. Suely, que me antecedeu. Eu disse ao Prof. Jamil Cury o quanto eu estava lisonjeada em compor uma Mesa junto a ele, assim como estar ao lado dele. Com certeza essa foto vai para minha estante. A forma como ele fala sobre a educação mostra que, além de um profundo conhecedor, é um apaixonado pela educação - e a paixão é fundamental. Ele tem coragem de dizer o que está bom e o que não está, o que considero fundamental.

Cumprimento também o Sind-UTE, que tem uma organização estadual, então contamos com participantes de Tupaciguara, Brasília de Minas, Conselheiro Lafaiete, Montes Claros, São Joaquim de Bicas, Raposos, Frutal. Sei o que é pegar estrada, como vocês pegaram, para participar de um evento como esse. Realmente é valorosa essa participação. -(- Palmas.)

Ultimamente vemos muitas pessoas falando sobre a educação. Mas é muita gente, até o Faustão está falando sobre educação. Qual é o nosso problema? O problema é que todos querem falar sobre educação,
Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 28

querem legislar sobre educação, mas não perguntam ou não escutam quem está no cotidiano da sala de aula. Creio ser esse o nosso grande problema nas questões relacionadas com a educação. O engenheiro pode dar aula numa escola pública, o advogado pode dar aula numa escola pública, mas eu não posso entrar num fórum e representar ninguém se eu não estiver devidamente constituída, não só como Bacharel, mas tenho de ter a carteira da OAB. É perigoso um dentista entrar numa escola e dar aula - perigoso, não, isso acontece. Mas eu não vou lá fazer nenhum tratamento dentário voluntariamente. Só na educação que a discussão vai até o voluntariado para que o poder público saia e não seja necessário investir corretamente como ele tem de investir. Portanto é fundamental participarmos de um espaço como esse. É como escutei aqui: só quem está no dia a dia sabe o que é. Poderia aqui gastar os 20 minutos e fazer um belo discurso para vocês, mas são vocês que estão vivendo a realidade e sabem como é. Por isso é necessário pressionar, porque a sociedade se organiza.

Abro um parêntese para dizer que a cidade de Alfenas está aqui representada, e que contamos com um diretor estadual de Alfenas. A cidade de Varginha também está aqui representada.

A sociedade é constituída, permanentemente, pela disputa no orçamento, no dia a dia, e só quem se organiza consegue espaço na nossa sociedade. Assim, é fundamental essa mobilização e é fundamental também que ela permaneça, porque esta Casa precisa discutir de forma mais profunda os problemas que os professores vivem. Com certeza, nessa audiência, devido ao tema ser amplo, não

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 29

vamos conseguir fazê-lo, mas deixamos aqui, Deputado Bosco, o desafio para a Comissão de Educação.

Aceitei o desafio proposto pelo Prof. Jamil Cury, desafio que quero partilhar com vocês. Quero fazer uma discussão do todo, porque acho que uma discussão assim pode ajudar cada parte.

Antes, como vejo presentes vários colegas profissionais da educação da rede estadual, da região metropolitana, assim como de outras regiões, quero cumprimentá-los.

Fiquei pensando como poderia contribuir no olhar dos trabalhadores. Isso porque, quando representante de trabalhador fala, parece sempre uma fala corporativa, que só defendemos nós mesmos. Então, fiquei pensando como trabalhar de forma a contribuir numa audiência pública tão significativa e relevante para todos nós. Caso contrário, não estaríamos aqui, em pé, como vocês se encontram há tanto tempo, atentos e presentes para realizarmos o debate. Vejam que ninguém saiu desta sala.

Como não será possível discutir sobre tudo, elenquei algumas metas para discutirmos, as quais poderão nos ajudar no desafio desse todo para termos cada parte valorizada.

Fiquei pensando numa forma de iniciar essa discussão das metas, que eu gostaria de socializar e refletir conjuntamente. Fiz uma apresentação, que não será possível passar, e eu queria 2 minutinhos apenas. Professora dos anos iniciais, como eu sou, narrarei uma boa história, que é uma forma didática de começarmos um assunto. Queria que todos fossem acompanhando - se pudesse ser

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 30

visualmente, seria melhor, mas, como não é, que seja pela palavra - a história que irei contar. Acho bacana porque me lembrei de algo. Alguém já assistiu a novela das 6 horas, "Cordel Encantado"? É muito bacana, porque lá se criou uma cidade brasileira que faz uma interlocução com um outro reino. É uma coisa fantasiosa, mas que tem muito de realidade. Então quero apresentar um Estado para vocês, a fim de podermos conversar juntos, e, ao final, refletir sobre as três metas que proponho para trabalhar. Da mesma forma, Deputado, o senhor, por favor, me avise quando der 5 minutos, porque, com um sindicalista falando, vocês sabem que não irão embora nem irão almoçar hoje. Então me avisem daqui a 5 minutos, para que eu possa concluir minha fala.

A história que montei para podermos trabalhar se chama: era uma vez um Estado, que pode ser uma cidade. Imaginem o que quiserem; localizem esse Estado no País que vocês quiserem. Nesse Estado não havia vagas de educação infantil para todas as crianças. Em 2011, nesse Estado, faltaram 679.214 vagas; também não havia vagas para todos os adolescentes que quisessem cursar o ensino médio. Em 2011, nesse Estado, faltaram 884.470 vagas. Vocês estão me acompanhando? Nesse Estado um professor demorava, depois que começava a trabalhar, 18 anos para receber pela sua formação em pós-graduação "lato sensu", que hoje todos nós fazemos. Ele demorava 23 anos para receber pelo seu mestrado, para ser mestre em educação. Nesse mesmo Estado... (- É interrompida.)

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 31

O Sr. Presidente (Deputado Federal Eduardo Barbosa) -

Beatriz, só 1 minuto. Gente, as pessoas estão aqui por livre e espontânea vontade. Portanto tentaremos estabelecer uma relação de compartilhamento e convivência. Estamos diante de uma mãe com sua filha, que, de alguma forma, está nos trazendo um posicionamento político. Se ela não tem o uso da palavra, se sua filha não consegue expressar devidamente seus anseios e necessidades, ela quer, por meio da demonstração de sua filha, mostrar às autoridades governamentais que há a necessidade de espaços educacionais específicos para pessoas que têm limitação. (- Palmas.) Se esta audiência pública é justamente pública no sentido de termos um olhar para todas as pessoas, ela está sendo vista aqui. O pior da inclusão é quando ela provoca a invisibilidade das pessoas, diluindo os problemas e fazendo com que todos sejam percebidos, que a aprendizagem se dá de uma única forma e de uma única maneira. Então respeitamos a sua presença. As pessoas ficam às vezes incomodadas. Mas, como a senhora já disse que não está em sofrimento aqui, que não tem nenhum problema, será garantida a presença de todos. Se quiser até mesmo se sentar conosco aqui atrás, será tranquilo, estará tudo bem. Desculpe-me, Beatriz. (- Intervenção fora do microfone.)

Depois teremos a participação dos palestrantes. Pedirei à Beatriz que ela tente concluir em 5 minutos, porque temos uma lista... Não há a necessidade de a senhora sair. (- Intervenção fora do microfone.)

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 32

Eu que agradeço a presença. Parabéns; é isso mesmo. (-
Palmas.)

O Deputado Carlin Moura - Deputado Eduardo, seria interessante dar o microfone à mãe, até para ficar registrado nos nossos anais. É importante falar ao microfone... (- É interrompido.)

O Sr. Presidente (Deputado Federal Eduardo Barbosa) - Só quero seguir a ordem estabelecida. Temos a fala da Beatriz, que foi interrompida. Solicitaremos os 5 minutos para que ela conclua sua fala. Já existem pessoas inscritas para se manifestar. Iremos terminar às 12 horas esta audiência, portanto gostaria da cooperação de todos para podermos trabalhar, dando possibilidade aos segmentos de se expressarem. Beatriz, pode concluir.

O Deputado Carlin Moura - Deputado Eduardo, faço um apelo à Beatriz para que se pronuncie antes de sair. Seria interessante.

O Sr. Presidente - Beatriz, você cede o seu tempo?

A Sra. Beatriz da Silva Cerqueira - A senhora que pediu a palavra pode falar, depois eu concluo.

A Sra. Maria das Graças - Não pretendo falar muito, pois estou apanhando, passando por um holocausto.

Eu e minha filha somos assistidas pela Apae. Vim aqui para mostrar o que é deficiência e para defender a assistência e a continuidade da Apae. Ela precisa continuar para dar assistência tanto ao deficiente quanto às famílias, que precisam desse apoio para suportar a situação. Eu não precisaria estar aqui se aqueles que

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 33

elegemos fizessem a parte deles. (- Palmas.) Eles teriam de fazer, dentro dos gabinetes, um projeto de lei, estudar o assunto, pois sabem da existência dessa situação. Se isso ocorresse, eu não precisaria estar passando por isso, apanhando, sofrendo, interrompendo uma audiência. Minha filha tem 40 anos e, nesse tempo todo, nem uma promotora de defesa foi capaz de se manifestar em defesa dela. Ela é tão filha do Brasil, dessa mãe gentil, da Pátria amada, Brasil, tão cidadã como qualquer outra pessoa e merece, portanto, respeito, e eu também. Vou-me retirar e peço ao Sérgio, Presidente da Apae, e à Dolores que falem por nós. Sei o constrangimento que foi para mim e para todo o mundo, mas convoco as mães para trazerem os filhos para que sejam conhecidos. Não é só o cadeirante, o portador de Síndrome de Down, o surdo e o cego que precisam de defesa. A pior deficiência é a que não pode ser entendida e precisa ser mostrada. Gente, muito obrigada. Vou retirar-me para que a reunião continue. Desculpem-me qualquer coisa. Da próxima vez, estarei aqui.(- Palmas.)

O Sr. Presidente - Daremos prosseguimento, depois atenderemos às inscrições. Com a palavra, a Sra. Beatriz.

A Sra. Beatriz da Silva Cerqueira - Na verdade, só queria dizer que para mim não foi nenhum constrangimento. A audiência pública tem de representar a pluralidade das pessoas que estão aqui. O problema é que antes não tínhamos uma convivência plural. A sociedade precisa se organizar para ter isso. A pior coisa, que

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 34

exclui, é a intolerância. Então a Sra. Maria das Graças deveria ficar. (- Intervenção fora do microfone.)

Concordo. A situação não está ajudando muito. O que quis dizer é que na sociedade o que exclui é a intolerância e é isso que precisamos permanentemente enfrentar, porque temos de reconhecer a realidade em que vivemos. Não foi nenhum constrangimento a presença dela aqui. O Prof. Jamil está me dizendo que ela sempre está presente, participa das reuniões. Isso é necessário, as pessoas precisam estar presentes e participar para que possamos trabalhar o que é necessário. A presença de vocês demonstra que muitas coisas precisam ser feitas. Se houvesse um sentimento de que as leis, de que os sistemas públicos de educação já dão conta, não seria necessário uma articulação e a presença de vocês em tantas regiões do Estado.

Na verdade, cumpro aqui o papel de trazer o olhar dos profissionais da educação. Quero tentar trazê-lo para podermos dialogar e farei isso da forma mais sintética possível.

Quis usar uma metáfora no sentido de pensar um lugar, para que possamos refletir se, com esse lugar e essa realidade, é possível discutirmos uma educação de qualidade. Pedi a vocês um exercício coletivo para pensarmos um lugar onde não havia vagas, em 2011, para todas as crianças da educação infantil. Faltaram 679.214 vagas. Nesse lugar, também faltaram vagas para os adolescentes que queriam estudar. Em 2011, por exemplo, faltaram 884 mil vagas para o ensino médio. Nesse lugar também - e foi aí que paramos -, o professor, quando começava a trabalhar, demorava 18 anos até que fosse

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 35

reconhecido na sua formação, especialização "lato sensu". Demorava 23 anos para ter reconhecido no salário sua formação em mestrado. Nesse mesmo lugar, a média de escolaridade da população era de 6,5 anos. Isso quer dizer, em média, que crianças e adolescentes ficavam na escola 6,5 anos. Nesse lugar também, em 2011, foram investidos 15% em educação, mas a regra ali também era de 25%. No primeiro trimestre de 2011, esse lugar investiu 14% em educação, mas a regra, como aqui, era de 25%. Nesse mesmo lugar, o Vice-Diretor da escola tem de trabalhar 30 horas, como aqui, mas recebe por 8, por 6, por 10 aulas. Os Diretores de escola desse lugar só eram remunerados pelo número de alunos, desconsiderando-se a complexidade da escola e os níveis de atuação. Quanto mais alunos, melhor seria remunerado.

Nesse lugar também - não fiz isso de propósito, já estava aqui coincidentemente -, os profissionais que trabalhavam nas Apaes eram excluídos da carreira, não conseguiam se desenvolver nela. Além disso, nesse lugar uma professora, depois que completou todo o seu tempo, esperou nove anos para conseguir se aposentar. As aulas de filosofia e sociologia nesse lugar eram dadas por professores de biologia, matemática, português, nunca por pessoas formadas em filosofia ou sociologia. Os senhores estão me acompanhando? O número de ocorrências policiais registrando agressões físicas contra profissionais da escola nesse lugar dobrou de um ano para o outro. O investimento de educação, em 2002, era de 19,8%; em 2009, 11,79%. Ou seja, os investimentos diminuíram. No mesmo lugar também se pagava um professor de nível médio de escolaridade, como é o meu caso, aquele

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 36

que inicia todo o processo de escolaridade da criança na escola, R\$369,00 de vencimento básico. Então fiquei me perguntando como é possível falarmos em educação de qualidade com essa realidade? E nós, vocês, poderíamos acrescentar várias tarjetas ao que fiz. Podemos até mesmo fazer isso hoje, nesta audiência pública.

No Projeto de Lei nº 8.035, que propõe o Plano Nacional de Educação, conversarei sobre três metas, pois poucas pessoas têm habilidade de conversar sobre o todo, como os professores. Como ainda não adquiri essa habilidade, falarei apenas sobre uma parte, principalmente porque essas metas não dizem respeito a mim, que coordeno um sindicato, mas à sociedade. Da mesma forma, esse debate que trazem não é exclusivo de vocês, mas é um debate que a sociedade precisa fazer, encarar e resolver sob pena de termos problemas no direito à educação e à cidadania no País.

A Meta 17 diz: "Valorizar o magistério público da educação básica, a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério aos demais profissionais da escolaridade equivalente". Como discutiremos educação de qualidade se o professor brasileiro ganha, em média - essa é a fala do MEC -, 60% das demais categorias profissionais? Há algum professor aqui? Se há, queira levantar a mão. Acham que o trabalho de vocês é menos importante que o de um médico ou de um advogado? (- Manifestação da plateia.)

No entanto a realidade brasileira diz que é, porque a remuneração é a contraprestação devida ao trabalho que prestam. Dizemos que, daqui a 10 anos, será possível equiparar o salário de

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 37

vocês ao de um médico, um engenheiro, um advogado, ou de outras profissões de nível superior de escolaridade. Então me perguntei, e esse é um problema a que o projeto precisa responder: se Estados e Municípios, como esse que citei, não cumprirem isso, se continuarem desvalorizando esses profissionais, qual será a punição? Quando cometo um crime, sou punida. Não é mesmo? Se eu roubar a bolsa de alguém nesta audiência, serei punida. Não sairei ileso, como se nada tivesse acontecido. O que acontecerá com Estados e Municípios que não cumprirem a Meta 17?

Como disse que iria trabalhar apenas algumas metas, a de nº 18 diz: "Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino". Qual é a contradição? A contradição é que a Lei Federal nº 11.738/2008 dizia que, até dezembro de 2009, Estados e Municípios deveriam ter planos de carreira. Por que, no nosso caso, sempre se protela? Lá atrás, em janeiro de 2010, disseram que deveriam ter planos de carreira. Agora há o projeto de lei dando mais dois anos para a elaboração de planos de carreira. Quando o próximo plano nacional terminar, darão mais 2, 10, 20 anos, e aí nossos netos e bisnetos estarão aqui discutindo o mesmo que estamos discutindo. (- Palmas.)

Para concluir, falarei da Meta 19, a penúltima. Não me estenderei muito, mas trata-se da gestão democrática. Na verdade, não falarei sobre ela, porque irei direto ao final, ou seja, à Meta 20: "Ampliar progressivamente o investimento público em educação até Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 38

atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto - PIB - do País". Então eu me pergunto por que, no caso da educação, os percentuais são sempre tão modestos, tão conservadores e tão progressivos, enquanto, para os Estados pagarem suas dívidas, investirem em outras áreas do País, não há progressividade como é necessário. Se não modificarmos a forma de financiamento, é fato que, mesmo fazendo o melhor plano, defendendo o melhor salário, ao final, dirão que não foi possível porque não tinham dinheiro. Escuto isso muitas vezes: "Não é possível, porque não temos dinheiro. Não é possível, por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não é possível, por causa da execução do Orçamento". Precisamos de ousadia, e isso envolve todo o mundo, pois sem recurso nenhum de nós conseguirá nada do que defendemos. Então é uma meta extremamente conservadora. Todos sabem que há uma campanha nacional - o Faustão nos ajudou muito nisso - de 10% do PIB do País. Por que, quando falamos em educação, o percentual da riqueza do País destinado a investir nela é sempre tão baixo e deve ser sempre progressivo? Acho que precisaríamos refletir sobre isso.

Escolhi as metas que trabalhavam as questões das quais lido diretamente, ou seja, questões relacionadas ao financiamento e à valorização. Escolhi também a da gestão, mas não trabalharei nela. Perguntei se havia professores e vi que a maioria levantou a mão. Devemos encarar isso, pois sabemos o que significa estar dentro de uma sala de aula. Quem não está lá não sabe, mas aquele que está na sala de aula sabe o que é o cotidiano com seus alunos. Não venham

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 39

dizer que é preciso concurso nacional de professores ou certificação de professores, porque quem está na sala de aula não consegue passar um dia sem se atualizar, pois o cotidiano com os alunos nos exige uma formação que não temos na academia - e sabemos disso. No entanto não ficamos parados onde estamos. (- Palmas.)

Imagino que os senhores tenham descoberto qual é esse País ou Estado ou Município a que me referi durante toda a minha historinha. (- Manifestação da plateia.) Para concluir, não poderia deixar de dizer que a rede estadual de Minas Gerais iniciou uma greve por tempo indeterminado desde o dia 8 de junho. Minas se parece muito com esse Estado que criei aqui, pois não investe 25% na educação nem valoriza os profissionais que estão na Apae. Os senhores que são servidores do Estado não têm direito à carreira e sabem o que estou dizendo. (- Palmas.) Demorei 23 anos para ter o meu mestrado reconhecido e 18 anos... Aliás, fiz as contas nos dedos para trazer a informação correta. Essa é a realidade que queremos enfrentar.

Estamos discutindo um projeto de lei federal. No entanto Minas Gerais não cumpre uma lei federal que está em vigor. Até quando Estados e Municípios não cumprirão leis no nosso país e ficarão ilesos? Hoje o Estado não cumpre a Lei Federal nº 11.738 que institui a miséria de um piso salarial de R\$1.597,00. Enquanto foi negociado um piso de R\$4.000,00 para o policial militar, estamos discutindo um de R\$1.597,00 para nós. O Estado diz qual é a sua perspectiva de investimento quando paga R\$4.000,00 para um Soldado da Polícia Militar de nível médio de escolaridade e R\$369,00 para um

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 40

profissional que está dentro de sala de aula. Como sociedade mineira, precisamos refletir essas questões. Obrigada. Desculpem-me por ter extrapolado o tempo. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado Federal Eduardo Barbosa) - Muito obrigado, professora. Temos três vezes o número de pessoas lá fora. Primeiramente, em nome da nossa Comissão Especial, saudamos o público que se encontra fora deste recinto, mas que está nos assistindo por meio do telão, agradecendo a presença de todos.

Contamos aqui com a presença de muitas pessoas. Iniciaremos agora a participação dos segmentos inscritos. As inscrições já se encerraram. Logo, não há como abrir mais espaço, mas tentaremos dar voz às representatividades diferentes que estão aqui conosco. Antes disso, daremos a palavra ao nosso relator. Aliás, fizemos uma combinação. (- Intervenção fora do microfone.)

Sim, o senhor quer deixar para depois. Então, para dar prioridade ao público presente, o único Deputado que falará depois será o nosso relator.

Faremos uma chamada. As pessoas podem chegar mais à frente para depois agilizarmos em razão do deslocamento. O Sr. Paulo Bulhões, da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - Feneis -, será o primeiro a fazer uso da palavra e dividirá o seu tempo com a mãe também de surdos, a Sra. Roseli Lucas. Depois passaremos a palavra para o Sr. Luiz Eduardo Rodrigues, do Movimento dos sem Universidade; a Sra. Dinéia Domingues, do Fórum Mineiro de Educação Infantil; e o Sr. Alisson Vinícius da Silva Pinto, pela

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 41

Federação das Apaes de Minas Gerais. Peço-lhes que fiquem mais à frente para já agilizarmos. Por enquanto serão esses, depois farei uma nova chamada. Com a palavra, o Sr. Paulo Bulhões.

O Sr. Paulo Bulhões (tradução) - Bom dia a todos os mineiros. O meu nome é Paulo. Sou carioca, mas minha esposa é mineira. O meu sinal é esse. Sou Vice-Presidente da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos - Feneis - e estou aqui a representando. Sou porta-voz de um discurso e de um posicionamento nacional, portanto não só meu, mas de todos os surdos. Já trabalhei no Instituto Nacional de Educação de Surdos - Ines -, que se localiza no Rio de Janeiro. Os senhores devem conhecê-lo, pois é o principal instituto de educação de surdos do País. Viemos aqui contestar e questionar alguns posicionamentos do MEC em relação à educação dos surdos.

No ano passado, durante a Conferência Nacional de Educação - Conae -, havia delegados representando as nossas propostas para uma educação bilíngue para discutirem essas metas que seriam incluídas no documento final para o PNE. Sofremos grande opressão nessa conferência. Todos os nossos representantes eram qualificados, conhecedores e atuantes na educação dos surdos. O MEC fez um "lobby" e promoveu uma manipulação nos bastidores. Nenhuma das nossas principais emendas relacionadas à educação bilíngue foi aprovada, desrespeitando assim os documentos internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Declaração de Salamanca.

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 42

Há pouco tempo, tivemos a ameaça do fechamento do Ines. As Sras. Martinha Claret e Cláudia Dutra são representantes da Secretaria de Educação Especial do MEC. A Sra. Martinha esteve no Ines e deu a notícia de que a educação básica desse instituto seria fechada até dezembro. Isso despertou uma mobilização nacional dos surdos no País. É para isso que nós, da Feneis, estamos lutando. Queremos a escola bilíngue para os surdos.

Estivemos em Brasília para participar de uma manifestação de aproximadamente 4 mil pessoas, contamos com o apoio da Apae e do Deputado Eduardo Barbosa, a quem só temos a agradecer. Estivemos com o Ministro da Educação Fernando Haddad, que se sensibilizou por uma defesa de uma escola bilíngue. Não criamos emendas aleatórias, mas recolhemos emendas que são de profissionais que trabalham com a educação dos surdos e de pesquisadores que realizam pesquisas sérias em relação à educação bilíngue. Se a Meta 4 for aprovada, será o fim da educação bilíngue para os surdos. Não somos contra a inclusão dos surdos, mas precisamos de uma inclusão de qualidade onde escolas bilíngues sejam defendidas. (- Palmas.) Tenho visitado várias escolas pelo País onde os atendimentos educacionais especializados são insuficientes para a educação dos surdos. O recurso é gasto por uma educação ineficiente. A educação dos surdos deve ser feita por meio da língua de sinais que é a sua primeira língua. A língua de instrução deve ser a de sinais. A partir dela os surdos serão incluídos, de fato, na sociedade, estarão nas universidades e escolherão as profissões que desejarem.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 43

Os professores são formados em pedagogia em geral, pelo menos até a 5ª série. Eles não têm conhecimento de uma educação bilíngue. Como cobrar deles em uma escola regular, nesses moldes que o MEC prega? Como cobrar deles esse posicionamento de uma educação de qualidade? Seria injusto. Estamos aqui com as nossas propostas mais uma vez, e torço para alcançarmos os nossos objetivos. Já tivemos três audiências na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, uma contra o fechamento do Ines, e conseguimos bons resultados, pois ele não será fechado, e também o IBC. Tivemos outra audiência só sobre educação bilíngue para surdos e outra sobre todas as outras deficiências. É importante defender uma educação bilíngue diferente dos moldes antigos de uma educação especial precária. Queremos um olhar diferenciado e antropológico sobre a nossa especificidade linguística. Precisamos discutir muito ainda, pois o nosso modelo de escola especial é um modelo de escola bilíngue. Ainda precisamos de muita audiência, e proponho isso. Estamos com vocês, pelo respeito às diferenças, um apoio à Apae, às suas demandas, especificidades e reivindicações. Queremos entregar as nossas emendas, e o dossiê do Conae a respeito dessa manipulação. É um vídeo que comprova tudo. Gostaria de entregar isso ao Deputado Angelo Vanhoni, relator, a quem cabe a análise dessas emendas. Agradeço aos intérpretes que estão atuando aqui e que são a minha voz. Todos são voluntários. Obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Federal Eduardo Barbosa) - Com a palavra, a Sra. Roseli Lucas.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 44

A Sra. Roseli Lucas - Quero falar da experiência com minha

filha, que é surda, e como professora de surdos. Minha filha estuda em uma escola bilíngue particular. A escola bilíngue não faz parte da política de educação do Estado de Minas Gerais. Existe um atendimento aos surdos, mas não existe uma escola bilíngue no Estado. Concordo com várias coisas ditas aqui, mas é preciso olhar para as especificidades que uma escola bilíngue exige. Tenho visitado várias escolas, e sinto que há uma anulação do eu do surdo. Existe uma exclusão profunda das pessoas com deficiência nessas escolas e, mesmo que exista investimento do Estado na preparação, essa exclusão é feita pela própria natureza da língua de sinais. É por isso que defendemos as salas para surdos ou as escolas de surdos. Não é só mostrar em números ao MEC o que tem sido feito. Valores de investimento, valores de capacitação não são suficientes para mostrar uma educação de fato que está acontecendo dentro das escolas públicas. Queremos pedir à Secretaria de Educação o espaço para que os surdos e as Feneis atuem na elaboração de políticas públicas e que seja dada atenção real às demandas da sociedade civil, especialmente no que tange aos direitos dos surdos. Obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Luiz Eduardo Rodrigues, do Movimento dos Sem Universidade.

O Sr. Luiz Eduardo Rodrigues - Bom dia a todos. Sou educador popular do MSU, que organiza cursinhos pré-vestibulares populares nas periferias. Nessa luta é pelo direito à educação superior no Brasil. Atuamos em vários Estados para que o direito à

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 45

universidade seja democratizado. Como estudantes de escola pública e moradores de periferia, lutamos por isso, porque a universidade sempre foi um espaço elitizado no País, para filhos de latifundiários. Nossa luta é para ocupar esses latifúndios do saber. Nós, do MSU, participamos do comitê mineiro da campanha nacional pelo direito à educação, e viemos entregar aos parlamentares da Comissão Especial do PNE e da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais esse documento com mais de 100 emendas, contando com os companheiros da rede privada de educação e com os fóruns mineiros e nacionais de educação de jovens e adultos. Entregamos esse documento. Nós defendemos uma meta maior de 50% de expansão das universidades públicas e 33% de matrículas líquidas, que devem ser em cursos noturnos; avaliação do Reuni, que ainda está precária - uma expansão sem qualidade e permanência; assistência estudantil - obras são feitas e não há contratação de professores. Então, além da luta pelo acesso democrático à universidade, lutamos por políticas de assistência estudantil real, com restaurante universitário a baixo custo, alojamento estudantil e moradias, para que os estudantes que vêm para Belo Horizonte, Viçosa, Uberlândia possam concluir sua graduação com sucesso. Uma outra proposta de emenda que está na Meta 12 são as ações afirmativas: reservas de vagas para estudantes de escolas públicas, pobres, negros, indígenas e pessoas com deficiência nas universidades. Essa foi uma deliberação da Conferência Nacional de Educação. Estamos defendendo essas emendas, lembrando que, na Câmara Federal, estava tramitando um projeto de lei de reservas de

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 46

vagas para estudantes de escolas públicas, pobres e negros, nas universidades federais. Peço o reforço para esse movimento nacional, pela aprovação das ações afirmativas, cotas nas universidades. Deixo o nosso contato, estamos com um "site" com atualização de todos os Estados, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que é pnepraval.org.br. Qualquer contato em Minas Gerais é com o MSU, Fórum Mineiro de Educação Infantil, Undime, Sinpro, companheiros da rede privada de ensino, trabalhadores, Uncme e outras instituições. Essa é a nossa mensagem. Que os Deputados Eduardo Barbosa e Gilmar Machado ouçam o nosso movimento nacional pelo direito à educação. Muito obrigado

O Sr. Presidente (Deputado Federal Eduardo Barbosa) -

Obrigado, Luiz Eduardo. Agora é a Dinéia, depois o Álisson. Vou fazer a chamada dos próximos inscritos para irem se aproximando. Samuel Scarpone, da Federação Estadual de Agronomia da UFMG; Isabela Rodrigues, do Diretório Central dos Estudantes - DCE - da UFMG; Kátia Ferraz, do CBI-BH. Com a palavra, Dinéia.

A Sra. Dinéia Domingues -

Bom dia. Represento o Fórum Mineiro de Educação Infantil, uma articulação de Minas Gerais, que luta pelo direito das crianças de até três anos às creches e das crianças de quatro a seis anos à pré-escola. O nosso movimento, que também é parceiro do Comitê Mineiro da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, defende e espera dos dois Deputados mineiros, que fazem parte da comissão especial, é muita atenção à questão da escola obrigatória. Para quem não sabe, até 2016, as crianças de quatro a

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 47

seis anos têm direito à vaga pública, à matrícula na pré-escola. A vaga na pré-escola não pode significar sacrifício das crianças da faixa creche, de até três anos. É bom o relator estar presente. Estamos muito preocupados com isso, relator, porque a dívida do nosso país com a criança de até três anos é tão grande, que a garantia da escola obrigatória para crianças de quatro a seis anos não pode significar sacrifício da vaga da criança de até três anos, mesmo essa não sendo obrigatória. A meta do PNE é de 50% das crianças de até três anos terem atendimento em creche. Não é universalizar, é 50%. No campo das pesquisas e das nossas lutas sociais, notamos que pelo menos 70% das famílias gostaria de ter uma vaga para as crianças em creche. Com isso queremos muita atenção, todos aqui têm falado disso, à Meta nº 20 do financiamento. Todos os especialistas demonstram isto. Estou entregando um documento da Livia, nossa colega, que faz essas contas. Com menos de 7% do PIB, não conseguiremos dar conta da criança de até três anos na educação.

Um outro ponto, no qual os dois Deputados de Minas podem dar uma contribuição valiosíssima para nós, é que, como o Prof. Jamil Cury disse - aliás, tem insistido e falado disso pelo País afora - o sistema federado, sistema de ensino e pacto federativo têm de aparecer claramente nas metas e estratégias, porque, se não disser como os Estados vão fazer a ponte entre o Município e o Governo Federal, não saberemos como fazer. Regime de colaboração neste país tem de parar de ser apenas uma fala, tem de ser concretizado nas metas do Plano Nacional de Educação. Essa é uma luta de todos nós.

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 48

Um outro ponto, com o qual estamos muito preocupados - represento a educação infantil, mas fazemos parte da articulação de toda a educação, da creche ao ensino superior -, na educação básica, é a questão da escola de tempo integral. As metas de tempo integral neste país têm de parar de ser maquiagem. Precisamos de metas, números e prazos claros. Temos brigado muito com o governo estadual por causa do orçamento público do Estado. Não adianta dizer que atende "x" escolas. Uma escola tem 1.000 alunos, e a escola de tempo integral atende cerca de 100, 200 alunos. Então a escola de tempo integral está na LDB. Progressivamente a escola básica deverá passar para tempo integral. Precisamos avançar com qualidade nessa política. Há ainda um outro ponto: a educação de EJA, que, no nosso país simplificamos e a tratamos como se fosse apenas alfabetização. Mas, não. A Educação para Jovens e Adultos é uma educação para todo cidadão que não pôde ou não conseguiu fazer escola no tempo certo.

Gostaria de falar das metas, a Meta nº 9 trata da educação no sistema prisional, que é gravíssima no nosso país. Fazem-se pequenos programas, pequenas ações, mas a educação no sistema prisional, agora que a escolaridade obrigatória vai até o ensino médio, tem de ser encarada com seriedade e essa meta precisa aparecer com clareza no Plano Nacional de Educação. São inúmeros os desafios. Esses são alguns. Somos representados apenas por dois Deputados na comissão especial, e a qualidade dessas representações, como o Prof. Cury disse, é muito mais o que o segmento, o que cada um de nós, representa isoladamente. Esse é o nosso país, a nossa nação. Os Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 49

desafios são muitos para nos incluirmos efetivamente em todos. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Dinéia. Passo a palavra a Álisson Vinícius da Silva Pinto, autodefensor, representante da Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais. Trata-se de uma pessoa com deficiência intelectual e é o primeiro Presidente de Apae com deficiência intelectual, da Apae de Florestal, Minas Gerais.

O Sr. Álisson Vinícius da Silva Pinto - Primeiramente quero dirigir a palavra ao Ângelo, porque quero entregar-lhe o abaixo-assinado das Apaes. Tem mais aqui embaixo, está cheio ali. Quero também dizer que o Estado onde há mais Apaes é Minas. O corpo está aqui, quente, fervendo. Somos a favor da inclusão, não somos contra. Precisamos também de salas especiais. Falo isso pelo meu tempo na Apae. Quando entrei lá, não falava nem andava. Ela me ensinou a me comportar, a vestir, a andar, a falar e a me expressar. Quem me deu educação e valores foi a Apae com a minha família. A Apae não é um cemitério, ela cria vida. (- Manifestação nas galerias.)

É isto que quero deixar claro: hoje estou em um cargo de Presidente de Apae, porque já fui cursista, mexi com grupo de jovens, mexi com política do meu Município e fui conselheiro do Município da área de saúde. Então, para o senhor ver, não é a sala de aula, a escola comum, que me dá a vida. O que me dá força e coragem para enfrentar a vida, é o meu dia a dia.

A Apae me preparou e me ajudou a dar força para minha mãe nos momentos de sofrimento, porque ela passou por vários: críticas,
Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 50

humilhações e tudo. Minha família passou por isso muitas vezes. Quem me deu força e amparou minha família para ela apoiar o Álisson foi a Apae; não teve outra entidade que tenha feito isso. (- Manifestação nas galerias.)

O Sr. Álisson Vinícius da Silva Pinto - Então peço a fala para as pessoas com deficiências especiais, as pessoas da Apae. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado Bosco) - Obrigado, Álisson. Samuel.

O Sr. Samuel Scarpone - Bom dia a todos. Meu nome é Samuel, sou estudante de Zootecnia na UFMG e faço parte do Diretório Central dos Estudantes - DCE - e sou da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil - Feab -, além de estarmos compondo o Comitê Mineiro do PNE pra Valer.

Primeiro falarei um pouco sobre esta audiência pública, que poderia ter tido uma divulgação muito maior, devido à importância que tem esta discussão. Tinha tudo para ter um valor maior. Valorizamos a iniciativa, mas esta audiência deveria ter acontecido em uma data em que a discussão fosse prioridade e com um debate que pudéssemos, sim, divulgá-lo para toda a sociedade.

Outra coisa que gostaria de falar é sobre esse desmonte que está acontecendo com o ensino superior. O próprio Plano Nacional de Educação - PNE - prevê nesse novo projeto vários pontos que, na realidade, vão sucateando a educação do ensino superior aos poucos e fazendo aquela pequena substituição do público pelo privado. Então

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 51

devemos ter um cuidado maior. Quem é estudante da UFMG sabe um pouco o que está acontecendo. Especificamente em Montes Claros, onde fica o campus das agrárias, onde estudo, sabemos que as medidas colocadas - por exemplo, o Reuni e o Prouni - geraram consequências das quais o Estado não dá conta. Então os estudantes da UFMG que passaram no vestibular para estudar na Unimontes estão tendo aulas na Santo Agostinho, que é uma universidade particular, porque não tem nem professor nem sala de aula para estudante. Não há a mínima estrutura para ter um ensino adequado.

Outra coisa muito grave é que o próprio estudo técnico do PNE comprova que os 7% do PIB não dão conta dele. Então meu medo, como a Bia falou, é de todo esse esforço feito aqui ser novamente um fantoche. Estamos nos preparando para um plano que sabemos que o próprio Estado não dará conta dele. Então o que frisamos há muito tempo, e é uma pauta antiga, são os 10% do PIB para a educação. Na realidade, já pelo estudo técnico, sabemos que os 7% propostos não dão conta. Então faço quase uma pergunta para o relator: qual a solução para isso, já que os 7% não dão conta nem do que está sendo pensado? Obrigado.

O Sr. Presidente - O Prof. Jamil tem aula agora à tarde, então está se despedindo, deixando um abraço para todos.

A Mesa também recebeu um documento da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - Anped - por um Plano Nacional de Educação 2011-2020 como política de Estado. Ele está entregue ao relator e à Mesa.

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 52

Vamos passar a palavra para a Isabela e depois falará a Kátia Ferraz. Já farei a nova chamada: Profa. Ilza Correia, da Apae de Araxá; Paulette Bernardes Costa, do Instituto Santa Inês de Belo Horizonte; e depois a Ubes.

A Sra. Isabela Rodrigues - Bom dia. Sou a Isabela, Coordenadora-Geral do DCE da UFMG, gestão Voz Ativa.

Primeiro, gostaria de trazer algumas coisas, porque este debate é muito importante e realmente deve ser ampliado para que toda a sociedade possa estar por dentro desse tema, porque ele é muito importante para todos que estão aqui. Temos de fazer nova audiência e propor outros debates para conseguir ampliar mais esse tema, essa discussão na sociedade.

Fiquei bem contemplada com a fala da Bia, porque ela falou de várias emendas, sobre tudo que foi feito, de todos os debates acumulados nos movimentos sociais e no movimento estudantil sobre esse novo plano.

Vemos a necessidade de fazer uma luta maior para conseguirmos mais investimento para colocar esse novo plano em prática. Podemos fazer várias propostas e ampliar o plano em várias questões. Estamos todos lutando pela inclusão, por mais acesso à universidade. Hoje apenas 13% da juventude está na universidade, e desses 13%, 84% das matrículas são no ensino privado. E o governo ainda investe mais no ensino privado. Então precisamos fazer uma luta maior mesmo, para obtermos maior investimento, porque se ficarmos nessa Meta nº 20, que progressivamente chegará a 7% do PIB para a

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 53

educação, não conseguiremos colocar em prática nem o que o plano propõe, muito menos as novas propostas de ampliá-lo mais ainda. Então é importante termos referência, principalmente na luta de todos que aqui estão.

Como a Bia falou, os professores estão em greve. Todos aqui devem ampliar, fazer essa discussão e se unir a essa luta, porque o governo já mostrou qual é a prioridade dele. Está aí hoje utilizando 35% do orçamento para pagar dívida pública. E para a educação, qual é o investimento mesmo, que vimos aí? Então não é prioridade. Se não nos unirmos e não lutarmos, não conseguiremos uma ampliação nem nesse nem em outro plano, porque não será prioridade nunca. A prioridade é de quem está aqui, de quem está lutando, de quem quer a inclusão, de quem é estudante e quer entrar na universidade e de quem é trabalhador e está na luta todo dia.

Então queria mesmo fazer esse chamado a todos, para nos unirmos, lutarmos e conseguirmos ampliar esse plano. Obrigada.

O Sr. Presidente - Kátia.

A Sra. Kátia Ferraz - Ei, Deputado, bom lhe ver. A gente sempre se encontra, não é mesmo? Um beijo para você.

O Sr. Presidente - Um beijo grande.

A Sra. Kátia Ferraz - Gostaria de falar com vocês, e o Deputado Bosco sabe bem, que estamos participando da questão da segurança nas escolas, e aí está o nosso fórum. Estamos falando do "bullying" e das pessoas com deficiência nas escolas.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 54

Conseguimos, Deputado Eduardo Barbosa - queremos divulgar a todos -, implantar a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Ela começou as atividades agora, e acredito ser importante apresentarmos vários requerimentos para que essa discussão seja propagada e realmente concretizada. Só assim conseguiremos fazer com que a educação seja decente para todas as pessoas com deficiência nas escolas especiais. Essas escolas são muito importantes. Estamos recebendo diversas denúncias de pessoas com deficiência mental que não estão sendo acolhidas nas escolas regulares de ensino. Elas precisam de uma atenção, e a escola não possui estrutura. Por outro lado, as pessoas com deficiência que não têm a questão cognitiva comprometida não estão conseguindo entrar nas escolas regulares. Há pessoas que já foram a 11 escolas e não conseguem passar nem na porta porque as Diretorias não permitem.

A próxima reunião da comissão será na próxima quarta-feira, às 10h30min, no Plenarinho I. Quem estiver em Belo Horizonte pode participar. Deputado Bosco - é uma sugestão -, V. Exa. deveria fazer um requerimento ao Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência para continuarmos essa discussão. Seria interessante fazermos uma audiência conjunta das Comissões de Educação e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Precisamos dessa discussão. Caso contrário, a pessoa se torna um adulto sem dignidade, sem espaço e sem respeito na sociedade. Precisamos desse tipo de ação. (- Palmas.)

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 55

Convido todos a participarem. Sempre procuro colaborar com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Esta Casa, de braços abertos, tem-nos acolhido. Há anos estamos tentando um espaço e agora o conseguimos. Vamos aproveitá-lo: todas as quartas-feiras, às 10h30min, no Plenarinho I. Na próxima semana, espero todos que estiverem em Belo Horizonte para virem aqui, a fim de enchermos essa comissão de demandas, de requerimentos. Precisamos disso. Muito obrigada. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado Federal Eduardo Barbosa) - Obrigado, Kátia. Com a palavra, a Profa. Ilza Correia, de Araxá.

A Sra. Ilza Correia - Sou pedagoga, pós-graduada em Supervisão e em Educação Especial Inclusiva, professora de pessoas com deficiência e também professora do curso de formação de professores que trabalham com a educação comum e especial.

Cumprimento o Deputado Federal Eduardo Barbosa, pessoa que dispensa comentários, pois é conhecido de todas as Apaes de Minas Gerais; o Deputado Bosco, com quem tivemos a oportunidade de conviver por longos anos em diversas campanhas, pessoa em quem confiamos plenamente para conseguirmos os resultados dos trabalhos voltados à educação. Não poderia me furtar de falar no momento em que se discute os rumos da educação para os próximos 10 anos. Focarei um pouco mais na educação especial. Ao cumprimentar os Deputados Eduardo Barbosa e Bosco, cumprimento todos os Deputados presentes e as pessoas que estão lidando com a educação. Antes de começar a falar, quero fazer uma referência a minha companheira Lourdes Martins Costa, na pessoa

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 56

de quem cumprimento todas as Apaes presentes, os alunos deficientes que se deslocaram para cá e também seus pais.

Sou uma pessoa "inclusivista" por natureza, porque a minha formação é toda voltada para educação especial. Não concebo a inclusão escolar com base no desmonte da educação especial. (- Palmas.) Também não concebo a inclusão social nem a inclusão escolar, por força simplesmente da lei. (- Palmas.) Precisamos conceber a inclusão, por força do direito da cidadania e da democracia. Se as pessoas que não têm deficiência podem escolher a escola para estudar, por que os deficientes não podem fazer a sua escolha? Precisamos garantir a democracia; o direito de escolha de cada um. A educação especial, a inclusão é um processo em construção permanente. Ela não pode ser construída sem a participação da educação especial, que é um suporte da inclusão escolar, que está a caminho da inclusão social. Estamos trabalhando para uma sociedade que quer a diversidade humana; estamos trabalhando para uma sociedade igual para todos. E essa sociedade igual para todos tem de garantir o direito de escolha de cada um, seja o sujeito deficiente ou não. Sabemos que a inclusão está sendo apresentada de cima para baixo, por meio da escola comum, onde as pessoas ainda não entenderam, e nem nos clarearam, como essa inclusão será processada. Essa inclusão está sendo apresentada, mas o deficiente não está tendo acesso a um currículo feito para ele, à acessibilidade física nas nossas escolas. E querem desmontar a educação especial? Como ficarão os nossos deficientes na escola comum, se a educação especial não está lá para dar o aporte a essa

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 57

situação? (- Palmas.) Neste momento, faço um apelo a todos que lidam com educação; à Sra. Raquel que representa aqui a nossa Secretária de Estado de Educação; e aos nossos Deputados, que também estão trabalhando com essa situação, para que se fundamentem acerca do que seja a inclusão, do que seja a educação especial, para depois edificar as nossas leis. (- Palmas.)

Isso deve ocorrer sem uma educação mascarada. Há uma faixa dizendo isso. "A instituição voltada para o novo mundo sem máscara". É isso mesmo. Tem de ser sem máscara. Já estamos cansados de ser instrumentos nas mãos de muitas pessoas que não têm conhecimento e querem fazer leis sem conhecer a fundamentação delas, sem saber como se processa a situação. Quero confiar no Deputado Bosco e no Deputado Eduardo Barbosa, porque os conheço muito bem. Sei que vocês estarão traçando o destino de 14% da população brasileira que têm deficiência, e esses 14% confiam em vocês. (- Palmas.) Gostaria de falar a tarde inteira, mas não posso. Muito obrigada.

O Sr. Presidente (Deputado Federal Eduardo Barbosa) -
Obrigada, professora. Com a palavra, a Sra. Paulette Bernardes Costa.

A Sra. Paulette Bernardes Costa - Bom dia a todos. Primeiramente farei uma declaração de amor à Apae, pois sou mãe de uma criança surda que passou por vários médicos renomados, tanto em Belo Horizonte quanto no Brasil, porém a surdez dela foi descoberta dentro da Apae de Bom Despacho. Chegando lá, o pediatra me disse o seguinte: "Minha filha, não tenho mais exames para pedir para sua filha. Os melhores médicos pelos quais ela poderia passar, ela já
Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 58

passou." No entanto, caímos nas mãos da Eliomar, fonoaudióloga da Apae de Bom Despacho, que ficou batendo na mesa e, ao perceber que a menina não piscava com o barulho, detectou a deficiência auditiva dela - se não me engano, hoje a Eliomar deve estar trabalhando na Apae de Lagoa da Prata. Portanto, gostaria de parabenizar o trabalho de vocês. A minha filha começou a estudar em escola regular, e percebi que a Apae, dentro dessa política de inclusão, começou a ir à escola dela para lhe dar assistência. Porém, a escola foi resistente a essa assistência da Apae. Lembro-me do pessoal falando para mim: "Paulette, venha conosco, porque quando marcamos lá na escola, eles são resistentes a nos receber."

Vejo esse senhor de Florestal aqui e compreendo que a escola promove conhecimento e sabedoria. Isso é bom, mas acredito que não precise de escola inclusiva. Trabalho em movimentos de liderança cristã cursilista e não precisamos que os nossos filhos sejam expostos ao ridículo para serem aceitos. Tenho uma filha que é surda, mas que fala que é feliz. Para ela é normal ser surda. Ela pensa assim porque é aceita. O que importa é passarmos a ela que é aceita e amada, esteja onde estiver.

Hoje a minha filha estuda no Instituto Santa Inês. Tive de trazê-la para Belo Horizonte porque fui observando que na escola onde ela estudava, ela só fazia cópias e mais cópias. Um dia ela chegou para minha mãe e disse: "Vovó, compra um livro para mim. Todo mundo na escola está lendo, e eu fico de braços cruzados." Fomos, então, à escola para saber o porquê disso, se ela nunca esquece o livro. Eu e

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 59

a minha mãe perguntamos à professora o porquê de a minha filha não estar lendo livro. Ela me respondeu que era porque não estava no nível dela. Perguntei-lhe: "A senhora não teria, então, um outro livro para fazer um trabalho paralelo com a minha filha para que ela não ficasse de braços cruzados e se sentindo excluída?" Afinal, isso era exclusão. (- Palmas.) Não me venham dizer que isso é inclusão, porque nunca foi. A professora me disse o seguinte: "Não dou conta de trabalhar com a sua filha. Se você não está satisfeita, tire-a da escola." Vejam que humilhação. Já que eu não poderia vir, pois precisaria trabalhar para bancar minha família, minha mãe largou tudo que tinha lá e me disse: "Paulette, estou indo com a Ana Carolina. Quando você puder, venha atrás." Então, ela largou tudo e veio com a minha filha para o Instituto Santa Inês. Hoje vejo que ela está aprendendo. Ela não fica mais olhando o caderninho das colegas e copiando coisas sem sentido. Ela entende, conversa e mantém diálogos conosco. Ela está interagindo com o mundo ao redor dela. Isso é que é a verdadeira educação. Não importa onde ela esteja, seja na Apae, no Santa Inês, no Instituto São Gabriel - que é particular -, seja onde for. O que importa é que essa educação verdadeira se efetive, e que os pais, juntamente com suas crianças, tenham o direito de escolher. O gesto dessa senhora aqui é um exemplo de amor. Falo isso como educadora, porque sou professora também. Já recebi crianças com paralisia cerebral. No intuito de fazer o nosso trabalho com seriedade... (- É interrompida.)

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 60

O Sr. Presidente (Deputado Federal Eduardo Barbosa) -

Paulette, conclua, por favor.

A Sra. Paulette Bernardes Costa - Nos sentimos humilhados com essa situação de não saber fazer nada por essas crianças.

O Sr. Presidente - Desculpe-me por interrompê-la, Paulette, mas o nosso tempo está acabando. Saiba que o seu depoimento é muito importante como o de todos os outros pais.

A Sra. Paulette Bernardes Costa - Deputado, só queremos a continuidade dessas escolas especializadas para esses alunos. Que eles não sejam retirados de lá.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Com a palavra, o Sr. Gladson Reis, representante da Ubes. Em seguida, passarei a palavra aos seguintes oradores inscritos: Sra. Camila Moreno, da União Estadual dos Estudantes - UEE; Sra. Nadir Luiza Alves, da Apae de Alfenas; Sra. Neide Hiene, de Itajubá; Profa. Maria Dolores Cunha, do Conselho Estadual de Educação; Sra. Sandra Santiago Martins de Resende, do Febiex; Sr. Admilson Marins, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, representante da Federação Nacional das Apaes.

O Sr. Gladson Reis - Bom dia. O meu nome é Gladson e sou Presidente da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas e Diretor Executivo da Ubes, eleito pela oposição.

No que se refere à questão do Plano Nacional de Educação, é importante ressaltar que temos um grande desafio de acabar com o

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 61

sucateamento que existe na educação pública em nosso país, que não é tratada como prioridade. Aproveito a oportunidade para agradecer a presença da Profa. Raquel, principalmente porque, no ano passado, quando debatíamos a Conae, a Secretaria Estadual de Educação se omitiu de participar da sua construção. Quem garantiu essa conferência aqui em Minas Gerais foram os movimentos sindical, estudantil e social.

A questão da educação passa por várias contradições em nosso país. Não conheço muito a realidade das Apaes, mas acredito que tenhamos de estudar e conhecer mais o que está sendo debatido aqui. Na verdade, toda a sociedade tem de se mobilizar em torno disso. É um absurdo proibirem garantir o financiamento das Apaes, sendo que 35% do Orçamento do governo federal é para dar dinheiro para banqueiro. (- Palmas.) É um absurdo isso, principalmente, porque, neste momento, no Estado de Minas Gerais, os nossos professores e os trabalhadores em educação estão em greve. E no ano passado, o Governador Antonio Anastasia e o ex-Governador Aécio Neves construíram o Centro Administrativo, que custou R\$2.000.000.000,00. Enquanto isso, falta estrutura nas escolas. Inclusive, algumas delas estão com suas cantinas fechadas porque as condições são insalubres.

No início do ano, isso aconteceu em uma escola em Santa Luzia, da qual não me recordo o nome. Há escola em que falta professor, falta tudo. É porque não tem dinheiro? É uma mentira dizer que não há dinheiro para garantir a educação. Esse Plano Nacional de Educação - PNE -, que foi construído pelos movimentos sociais,
Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 62

precisa virar realidade, porque o último, quando do governo do Fernando Henrique Cardoso, não se concretizou. Precisamos nos mobilizar e garantir um plano nacional de educação a serviço do Brasil, dos trabalhadores brasileiros. Não dá para aceitar que hoje no Estado haja mais jovem na cadeia do que na universidade pública. É isso o que acontece, há jovens morrendo por causa do "crack" todos os dias, e as escolas estão abandonadas. Profa. Raquel, a Secretaria de Educação ainda tem pouco diálogo com os movimentos social e sindical. A Secretaria, no caso de Minas Gerais, precisa debater mais, precisa vir mais para a Assembleia Legislativa - neste ano ela até está fazendo mais isso -, a fim de conhecer as contradições da educação em nosso país.

Para concluir essa questão do PNE, acho que uma das lutas que mais precisamos encampar é o financiamento da educação. Primeiro, dinheiro público precisa ir para a educação pública. Isso significa que precisamos parar de dar dinheiro para banqueiro, o Brasil precisa parar de pagar essa dívida pública, que é criminosa. A Conae precisa cobrar o PNE, porque há dinheiro. Não dá para admitir que no Brasil, País mais rico da América Latina, ainda convivamos com tantas desigualdades sociais, principalmente na educação; não dá para admitir que o professor ganhe menos de um salário mínimo. Devemos nos indignar. Só quem sente na pele sabe o que isso significa. Penso que os parlamentares da Assembleia Legislativa e a Secretaria de Educação precisam ir mais às escolas para saber qual é a realidade da

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 63

juventude mineira, dos filhos dos trabalhadores, dos profissionais de educação.

Essa é a principal perspectiva do PNE, que precisa ser cumprido. Se ele não for cumprido pelo poder público, acho que devemos seguir o exemplo dos professores, que estão em greve. Nós, trabalhadores, vamos colocá-lo em prática, seja fazendo greve, seja pressionando aqui na Assembleia Legislativa, seja nos mobilizando, indo para a rua para garantir uma educação pública, gratuita e de qualidade. No mais, é isso.

O Sr. Presidente (Deputado Federal Eduardo Barbosa) -
Obrigado. Passo a palavra à Camila Moreno.

A Sra. Camila Moreno - Bom dia a todas e a todos. Meu nome é Camila, sou da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais - UEE. Primeiramente quero dizer que acho muito simbólico o fato de a população mineira lotar esta Casa. Isso é sinal de que ainda existe esperança. Viemos até aqui dizer que ainda acreditamos que esta Casa pode representar os anseios populares, que ainda acreditamos que as coisas podem se transformar, que achamos que a educação pode ser de qualidade e que assim mudaremos o Brasil.

Nós, da UEE, acreditamos que só avançaremos na educação brasileira com duas pautas principais: a democratização e o investimento. Sobre o investimento, quero defender a emenda da UEE ao PNE de garantia dos 10% do PIB para a educação. Essa é a pauta que todo movimento social - CUT, UNE, Sind-UTE - defende. Precisamos garantir que haja mais investimento, não dá para amargarmos índices

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 64

piores do que os de vários países que têm muito menos dinheiro que o Brasil. Se temos investimento, conseguimos remunerar melhor o professor, garantir escolas especiais de qualidade e democratizar a universidade brasileira.

Outra coisa muito importante, que precisamos citar, é o Plano Nacional de Assistência Estudantil. Hoje houve uma democratização tamanha na universidade brasileira, o dobro de vagas foi garantido aos estudantes. Entretanto, o Plano Nacional de Assistência Estudantil continua o mesmo da época em que ainda havia metade de estudantes que temos hoje nas universidades brasileiras. Precisamos fazer com que o investimento em assistência estudantil cresça como cresceu o número de vagas, senão não teremos restaurantes universitários de qualidade, não teremos a política de passe estudantil. Para garantir o estudante na universidade não se deve apenas garantir a vaga, é preciso também garantir que ele permaneça e se forme. É isso que democratiza o Brasil.

Por fim, quero convidar a todas e a todos a participarem do 42º Congresso da União Estadual dos Estudantes, que ocorrerá de 23 a 26 de junho, em Divinópolis. Esse congresso pretende reunir mais de 3 mil estudantes de Minas Gerais e tem como objetivo uma unidade das lutas e um PNE a favor do Brasil, a favor do povo brasileiro, para alavancarmos cada vez mais o nosso país.

O Sr. Presidente (Deputado Federal Eduardo Barbosa) -
Obrigado. Profa. Maria Dolores Cunha, do Conselho Estadual de

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 65

Educação. Não está aqui? Bom, então passaremos a palavra à Nadir Luiza Alves, de Alfenas.

A Sra. Nadir Luiza Alves - Bom dia a todos. Meu nome é Nadir, sou assessora da Apae de Alfenas e mãe de uma criança, uma menina com deficiência. Só queria deixar um recado aqui: deixem as escolas especiais realizarem seu trabalho com tranquilidade. Elas exercem seu papel com responsabilidade e com resultados muito positivos. Existem muitas outras situações para eles se preocuparem, principalmente os índices de analfabetismo alarmantes, índices educacionais vergonhosos, que colocam o Brasil nos últimos lugares nos "rankings" internacionais. Deixem a educação especial em paz. (- Palmas.) Deixem também que os pais escolham onde colocar seus filhos, porque tenho certeza de que eles escolherão o melhor. Muito obrigada.

O Sr. Presidente (Deputado Federal Eduardo Barbosa) - Obrigado. Com a palavra, Sandra Santiago Martins de Resende, da Federação Brasileira das Instituições Excepcionais - Febiex.

A Sra. Sandra Santiago Martins de Resende - Estou aqui para reforçar o que ela disse anteriormente e para entregar ao Deputado uma solicitação dos pais pela garantia do direito de eles escolherem onde seus filhos estudarão e para que, nesse projeto de lei, seja mantida a continuidade da escola especial. Pode ser que eu não tenha entendido bem o projeto, mas em momento nenhum ouvi alguma alusão à manutenção da escola especial. (- Manifestação da plateia.) Acreditamos que a escola especial precisa continuar existindo para que o pai escolha aonde colocar o seu filho.

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 66

Se ela for eliminada, como está sendo, os pais têm de colocá-lo no ensino regular de qualidade ou sem qualidade. Vou passar para o Deputado fazer a solicitação. (- Manifestação da plateia.)

O Sr. Presidente (Deputado Federal Eduardo Barbosa) - Com a palavra, a Sra. Neide, de Itajubá.

A Sra. Neide Hiene - Boa tarde a todos. Estou representando Itajubá, Santa Rita do Sapucaí e Marmelópolis. Trabalho na escola especial e também sou mãe de um rapaz de 28 anos, que é deficiente auditivo. É um absurdo estar aqui hoje reivindicando, porque vivemos num país democrático, em que isso deveria ser algo normal. Se todo o mundo tem direito de escolher a escola em que o filho vai estudar, nós também deveríamos ter o mesmo direito. Troquei meu filho de escola várias vezes, por problemas particulares. Tive de tirá-lo de uma escola especial, a Dedic(?), em São Paulo, para levá-lo para uma escola comum, mas essa troca não deu certo, por isso precisei mudar de escola novamente. E não dá certo mesmo. Se para um deficiente auditivo não está dando certo, para um deficiente intelectual pior ainda. (- Manifestação da plateia.)

Trabalho com eles e conheço essa realidade. A verdade é que eles estão abandonando as escolas. Já tive até caso de suicídio em Itajubá por causa disso.

É um absurdo eu ter de atender uma mãe implorando-me por um cantinho para o seu filho ficar. Essas mães não querem seus filhos nas escolas comuns. Elas querem eles aqui, na escola especial. Isso não pode mais acontecer. A escola especial precisa continuar. Eu não

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 67

trabalho em Apae, mas numa escola especial do Estado, que é a mesma coisa.

Um pai me pediu que trouxesse uma carta para entregar ao Deputado Federal Eduardo Barbosa. (- Lê:) "Venho, por meio desta carta, relatar um problema que venho passando com as escolas públicas por onde minha filha tem passado após ter saído da escola especial. Tem sido uma luta para mim, como pai, ver minha filha sendo passada de uma escola para outra, e ter a certeza de que as escolas públicas não estão preparadas para reintegrar nossos filhos, que, após saírem da escola especial, não recebem mais o ensino dirigido, especializado e focado em suas necessidades, e com isso ficam sem assistência nenhuma. Após minha filha ter passado por três escolas públicas, tenho certeza de que há um despreparo no ensino fundamental em assistir os nossos filhos que possuem alguma deficiência, que é o caso de minha filha.

Posso afirmar a importância da escola especial, a quem devo todo o crescimento e toda a ajuda psicológica que minha filha e minha família tivemos até hoje. Só posso agradecer à Escola Estadual Novo Tempo, que é o nome da escola onde eu trabalho, com a certeza de que, como pai, o governo e as autoridades deveriam investir e ajudar essas escolas que são ou que se tornarão o único apoio para os nossos filhos e a única ajuda em educação e inclusão deles na sociedade. João Joaquim de Carvalho".

Hoje essa menina da carta, que estava estudando numa escola comum, já abandonou a escola. Todos eles estão abandonando a escola.
Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 68

Sentimos isso em todos os tipos de deficientes, não falo só do deficiente intelectual. Meu filho ingressou na faculdade, mas está sem intérprete. Ou melhor, pedi um intérprete e apareceu um que o está atendendo como voluntário, porque a universidade interpretou a lei da maneira que ela quis. Desse modo, não colocou um intérprete para ele na sala de aula. Isso não pode acabar, para tanto teremos de continuar lutando até o fim. Muito obrigada. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Obrigado. Agora vamos para o último inscrito. Qual é o nome dela?

A Sra. Mafalda Carvalho Costa - Gostaria de acrescentar a todas as falas que foram ditas aqui que, ao invés de excluir, de implantar a exclusão do aluno na escola regular, porque isso não funciona - e essa é uma experiência que temos -, que fossem colocados a libras e o alfabeto Braille, no currículo escolar, como língua obrigatória. Aí, sim, o surdo, o mudo e o cego iriam participar da sociedade como um todo e obter toda a instrução que necessitar.

O Sr. Presidente - Qual é o nome da senhora, por favor?

A Sra. Mafalda Carvalho Costa - Meu nome é Mafalda Carvalho Costa. Fui professora durante 30 anos e Diretora de uma escola por quase 10 anos.

O Sr. Presidente - Está certo. Existem outras solicitações, entretanto temos um tempo, porque a Comissão Especial será recebida pelo Governador com hora marcada. Seremos recebidos pelo Governador ainda hoje, e esse encontro é relevante, importante para a Comissão.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 69

Agora ouviremos o último inscrito. Após a fala dele, o relator vai fazer uso da palavra. Saliento a presença do Deputado Federal Weliton Prado. Com a palavra, o Sr. Admilson Marins, membro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Conade -, órgão vinculado à Secretaria Nacional dos Direitos Humanos - SNDH.

O Sr. Admilson Marins (tradução) - Bom dia ou boa tarde. Muito prazer, Deputado Eduardo Barbosa, na pessoa de quem cumprimento todos da Mesa. Um dos temas mais apaixonantes que se tem na vida é a educação, devido a sua importância e complexidade, e isso gera uma tamanha discussão e contribuição de todos vocês. E nós, lá no Conade, também temos debatido sobre o plano. Temos de antemão três certezas.

A primeira é que o plano tem avanços, mas precisa ser melhorado em outros aspectos. A segunda é que a educação inclusiva não é um querer, mas uma necessidade. É direito de todos ter acesso a ela. A terceira, não menos importante, é que a educação especial é uma necessidade. Uma coisa não inviabiliza a outra, pelo contrário, as duas se complementam. (- Palmas.)

Fico muito entristecido quando alguém vem questionar comigo e dizer que escolas especiais são segregadoras. Aí eu pergunto, o que é segregação? Será que é respeitar o tempo e a condição de cada um? Será que é respeitar um pai ou uma mãe no direito deles de escolher aonde seu filho vai estudar? Hoje ouvimos um depoimento emocionado de uma mãe, e para mim, com todo o respeito a tudo o que foi dito aqui, esta audiência pública já valeu só pelo fato desse depoimento da mãe.

Ela expressou seu verdadeiro anseio e a vontade de escolher onde sua

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 70

filha vai permanecer. Será que é porque ela quer segregar a filha ou porque deseja que essa filha tenha um atendimento de qualidade? E o mesmo acontece com outras deficiências. O pessoal da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - Feneis - tem a mesma luta, a mesma preocupação, por preservarem o que temos de mais sagrado, que é o respeito e a dignidade.

Para encerrar, eu disse, no início da minha fala, que as duas se complementam e agora vou provar. Tive a felicidade de iniciar o meu estudo numa escola especial, numa Apae. Iniciei com muito orgulho e terminei na escola comum. Uma escola jamais inviabilizou a outra. O que mais foi falado aqui é o que queremos, o respeito ao nosso direito de escolha. (- Palmas.) Quem mais entende e quem mais deseja o melhor para outra pessoa é um pai. Muito obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Obrigado. Agora vamos terminar com a fala do Deputado Federal Ângelo Vanhoni. O Governador só poderá nos esperar até as 13 horas, porque ele tem outras audiências. Não posso mais conceder novas palavras, porque a Comissão Especial precisa desse encontro. (- Intervenção fora do microfone.)

Mas eu não posso Benedita, senão vou perder a audiência com o Governador, e ela é exatamente para tratar desse assunto.

O Deputado Federal Ângelo Vanhoni - Serei bem rápido. Apenas quero agradecer ao Eduardo, ao Gilmar Machado, ao Bosco e a todos vocês a presença nesta audiência pública.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 71

Estudei em escola especial e também comecei minha carreira, no processo de educação, em escola especial. Posteriormente fui matriculado numa escola regular. Tenho acompanhado esse debate em todas as audiências públicas no Brasil inteiro. Começamos em Fortaleza, depois fomos para o Rio de Janeiro e para São Paulo. Por onde tenho passado, a questão da educação especial - a Meta 4 - tem sido motivo de um bom debate. As pessoas que têm uma opinião crítica do processo de inclusão que o Ministério da Educação vem desencadeando nesses últimos anos e todos aqueles setores, seja o do surdos, dos deficientes visuais ou de outras deficiências, apontam essa necessidade para que a política do governo não se extinga, que ela continue apoiando as entidades da sociedade civil que cuidam e preparam as nossas crianças com alguma deficiência para a vida.

Esse debate é muito importante, porque, diferentemente de outros momentos, é a primeira vez que discutimos um plano, quer dizer, uma política para a educação do Brasil que vai envolver o governo federal, os Estados, o governo do Estado de Minas Gerais, o Município de Belo Horizonte e os outros Municípios, numa política educacional para o Brasil como um todo. Todos os temas estão sendo discutidos nessa lei. Também pela primeira vez na nossa história, teremos a oportunidade de aprovar uma lei que poderá mudar, ou seja, se ela tem 20 artigos, poderá ter 21 ou 22, dependendo da nossa decisão. Em tese, esses 20 artigos tratam desde a creche das crianças de até 3 anos de idade, incluindo a cobertura que será dada para essas crianças da creche. Essa lei inclui a educação infantil como

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 72

uma obrigatoriedade do Estado, o que já é realidade na Europa, nos países desenvolvidos, há mais de 50 anos. Isso inclui todas as crianças. Todos sabem que, se o jovem no ensino médio, com idade entre 15 a 17 anos, abandonar a escola, ele não voltará mais para ela. Logo, não vai concluir o ensino. E, se ele não concluir o ensino, toda a sua vida posterior ficará completamente prejudicada, porque ele só tem 15 anos. Esse jovem não irá se formar nem ter profissão, salário bom e vida digna. Nós criamos no Brasil o ensino médio - as professoras que estão aqui sabem disso - não só para prepará-los para o mundo do trabalho, mas também para que pudessem ir para uma universidade. No entanto o Brasil, ao longo desses 300 anos, não construiu universidades. A universidade é apenas para uma elite de jovens do nosso país. Assim sendo, é preciso fazer uma mudança muito grande. Mudar o ensino médio, fazer o ensino médio profissionalizante para que, quando os 10 milhões de jovens terminarem o ensino médio, aos 17 anos de idade, caso não forem para uma universidade, eles possam pelo menos dirigir a própria vida, ter uma profissão, casar e construir família com um pouco mais de dignidade.

Esse plano trata desde a creche até o nível superior, a fim de fazer com que a nossa juventude tenha um curso de formação superior, formarmos médicos e vários outros profissionais. O mais importante é que ele não seja apenas para a elite, mas aberto à maioria da população jovem do nosso país. Entre outras coisas que esse plano aborda - não adianta apenas construir escolas -, é muito

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 73

importante trazer as crianças para dentro da escola. Precisamos escolher bem o tipo de educação que pretendemos dar as nossas crianças - tem de ser uma educação de qualidade. Isso porque hoje, nas escolas, existem crianças que terminam o ensino fundamental e não sabem ler e fazer uma operação de matemática. (- Palmas.) Essa é uma realidade do nosso país e significa que muito dinheiro tem sido destinado para um magistério num país que ainda precisa se desenvolver. Não estamos aplicando corretamente o nosso dinheiro e valorizando o magistério como deveríamos. A educação não é de qualidade. Muita coisa precisa ser feita, mas precisamos da garantia de que será feita. Pela primeira vez, com esse plano, seremos obrigados a assinalar o quanto de dinheiro do PIB será destinado nos próximos 10 anos para a realização dessa meta. Para se ter uma ideia, hoje gastamos em educação 5% de tudo o que Brasil produz, o que dá algo em torno de R\$160.000.000.000,00, todos os anos. O governo enviou uma proposta não de 5%, mas de 7% - aumentou 2% -, o que significa aumentar cerca de R\$60.000.000.000,00 até 2020.

Sobre a educação infantil - crianças a partir de 4 anos na escola -, se essas crianças forem colocadas na escola, o governo terá de construir salas de aula para 4.500.000 crianças, pagar professores, merenda escolar e livro didático, a fim de garantir essas crianças até 2020. É muito importante que façamos isso, porque dessa forma iremos melhorar a qualidade da educação do nosso país como um todo.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 74

Mas quem acompanha a discussão da educação e está fazendo um diagnóstico tem trazido sempre às audiências públicas a certeza de que os 7% não são suficientes para atender à demanda dos desafios do Brasil para a educação do nosso povo. Por isso as reivindicações que os estudantes, os professores e a sociedade em geral estão trazendo é que o montante de dinheiro para resolver, para dar um caminho à educação do País, é da ordem de 10% do PIB, para que votemos no Congresso Nacional. Eu, o Eduardo e o Gilmar, o conjunto dos Deputados Federais, estamos escutando a sociedade e fazendo o diagnóstico. Aqui hoje, com outras cidades, aprofundamos um pouco. Levo para a minha consciência a impressão viva de como está o problema da educação especial no País, em Minas Gerais, em Belo Horizonte e nos diversos Municípios, como tenho a impressão de outras cidades e de outros Estados. Trago ainda a impressão de como estão os problemas dos professores em diversas regiões do Brasil. Não sei se aqui, em Minas, mas há lugares em que os professores recebem R\$600,00 por mês por uma jornada de 40 horas semanais. Não dá para se garantir educação de qualidade com R\$600,00 por mês e jornada de 40 horas. Precisamos abordar essa questão. Quem vai resolver o problema? O governo federal? O Município? O governo do Estado? A proposta que discutimos do plano nacional é resolvermos o problema em conjunto. Muitas vezes os Municípios não podem arcar com um piso salarial de R\$1.200,00 ou R\$1.500,00, como os professores corretamente defendem como piso mínimo para o exercício do magistério. O governo federal e os Estados têm de entrar na contrapartida, a fim de garantir um

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 75

padrão mínimo de vencimento aos professores, se é que desejamos uma educação de qualidade aos brasileiros e às brasileiras em todo o território nacional.

Sou do Paraná, da cidade de Curitiba. Quando olhamos do Sul o resto do País, não tanto o Rio Grande do Sul, os gaúchos, mas nós, do Paraná, ficamos morrendo de inveja da Bahia, de Minas Gerais, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Pernambuco. Para nós, paranaenses, quando falamos de Minas, da Bahia, de Pernambuco ou até do povo paulista ou carioca, é como se falássemos da alma profunda do Brasil, dada a riqueza cultural, à importância desses Estados para a formação do que chamamos de identidade do povo brasileiro.

Para mim foi uma honra estar aqui na terra do Grupo Corpo, de dança; do Grupo Galpão, de grande expressão nacional do teatro e que orgulha a todos nós; na terra de Guimarães Rosa, um dos maiores escritores da humanidade, não apenas de Minas e do Brasil, e de Drummond. São muitas pessoas. Estamos aqui, com vocês, com esse calor da discussão da educação especial, que devemos tratar com todo o carinho no futuro Plano Nacional de Educação. Saio desta audiência pública reenergizado, do ponto de vista intelectual e do ponto de vista de envolvimento emocional com a causa da educação em todo o País. Um abraço a vocês e muito obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado Federal Eduardo Barbosa) - Benedita, você será a primeira inscrita para a próxima audiência. Se eu lhe conceder a palavra, vou ter de concedê-la aos demais que me pediram. Vamos ter uma audiência com o Governador, que acredito será

Código do documento: 848340

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Regional para Debater o Plano Nacional de Educação

10/6/2011 - 9 horas

Seqüência: 1

Pág.: 76

importante para todos nós, para o nosso movimento e para todos que aqui estão. Agradeço principalmente ao relator, que é do Paraná e não estará aqui sempre, a presença. Agradeço a todos vocês, ao Presidente Bosco, à Assembleia Legislativa, pelos momentos intensos desta audiência. Obrigado, de coração. (- Palmas.)